FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

ÉMERSON BORGES PIMENTA

ANÁLISE DO CÓDIGO DE PROCESSO DE ENFERMAGEM À LUZ DOS
PRINCÍPIOS DA BIOÉTICA E DO BIODIREITO

ARACAJU

2012

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

ÉMERSON BORGES PIMENTA

ANÁLISE DO CÓDIGO DE PROCESSO DE ENFERMAGEM À LUZ DOS
PRINCÍPIOS DA BIOÉTICA E DO BIODIREITO

Monografia apresentada como requisito de avaliação da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, ministrada pela Professora Pós-doutora Hortência de Abreu Gonçalves, no 2º semestre de 2012, do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe, a fim de obter o grau de bacharel em Direito.

ARACAJU

2012

ÉMERSON BORGES PIMENTA

ANÁLISE DO CÓDIGO DE PROCESSO DE ENFERMAGEM A LUZ DOS
PRINCÍPIOS DA BIOÉTICA E DO BIODIREITO

Monografia apresentada como requisito de avaliação da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, ministrada pela Professora Pós-doutora Hortência de Abreu Gonçalves, no 2º semestre de 2012, do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe, a fim de obter o grau de bacharel em Direito.

Aprovado em _____ de _____ de 20____.

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Prof. Msc. Vitor Condorell dos Santos
Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe

1º Avaliador

Prof. Esp. José Carlos Santos
Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe

2º Avaliador

Prof. Esp. Augusto César Leite de Resende
Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe

Dedico esta conquista primeiramente a Deus, onipresente em todos os momentos de angústia e aflição do meu coração, a minha mãe, em especial, e a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me dado à oportunidade de estar no mundo.

Agradeço aos meus pais, Antônio Carlos Borges Pimenta e a Maria Borges Pimenta, por toda a compreensão, amor e respeito ao longo dessa caminhada.

A minha prima Celina Maria, pela grande ajuda e apoio moral.

Aos meus chefes diretos do Posto de Saúde Eduardo Vital, localizada no município de Nossa Senhora do Socorro, e da UPA Desembargador Fernando Franco, nesta capital.

Agradeço as minhas colegas de trabalho, enfermeiras Katianny, Lislane e Sara.

À Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe, pela sua contribuição na minha formação acadêmica e na capacitação para uma nova jornada que se inicia com mais esta conquista.

Agradeço a todos os meus amigos, professores e colegas de curso, que de alguma forma me ajudaram para que atingisse esse objetivo, principalmente, a Cleveland, um grande amigo nessa jornada.

À Coordenação do Curso de Direito dessa instituição pela dedicação dispensada ao longo do curso.

Aos professores, pois sem eles não seria possível esta conquista e, em especial, à professora Hortência de Abreu Gonçalves, por sua paciência e sabedoria ao ministrar suas aulas, tornando esta conquista possível.

Ao professor orientador Vitor Condorelli dos Santos pela sua presteza e atenção quando solicitado, demonstrando esmero e competência. Obrigado por suas sábias palavras e ensinamentos ao longo desta jornada.

Aos funcionários da instituição que sempre nos atenderam com muita satisfação.

Senhor, como são numerosos os meus perseguidores! Mas vós sois, Senhor, para mim um escudo; eu, que me tenho deitado e adormecido, levanto-me, porque o Senhor me sustenta.

Salmo 3.1

RESUMO

A ética propõe-se a compreender os critérios e os valores que orientam o julgamento da ação humana em suas múltiplas atividades, principalmente aquelas que dizem respeito ao trabalho e à vida humana associada. Este trabalho pretende analisar a conformidade material do código de processo ético de enfermagem com os princípios bioéticos e do biodireito, apontando assim suas congruências e divergências. Buscou-se realizar um estudo comparativo entre a Resolução COFEN nº 370/2010 e a Resolução COFEN nº 252/2001, a fim de verificarmos se há compatibilidade entre esses diplomas legais em vigência e os princípios da bioética e do biodireito, almejando constatar a efetividade para disciplinar as ações dos profissionais da área de enfermagem.

Palavras-chave: bioética; biodireito; princípios; enfermagem.

ABSTRACT

The ethics proposes to understand the criteria and values that guide the judgment of human action in its many activities, especially those related to labor and associated human life. This study aims to examine the material compliance of the code of ethical nursing process with bioethical principles and biolaw thereby pointing their congruencies and divergences. We sought to conduct a comparative study between COFEN Resolution nº 370/2010 and COFEN Resolution nº 252/2001 in order to ascertain if there is compatibility between these laws in force and the principles of bioethics and biolaw, aiming to verify the effectiveness for disciplinary actions of professional nursing.

Keywords: bioethics; biolaw; principles; nursing.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E PROBLEMA.....	09
2 JUSTIFICATIVA.....	11
3 QUESTÕES NORTEADORAS E OBJETIVOS.....	12
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	13
5 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
5.1 O conceito de ética e bioética.....	16
5.2 Bioética, biodireito e outras disciplinas.....	17
5.3 Princípios da bioética e biodireito.....	17
5.4 Bioética, biodireito e natureza humana.....	19
5.5 A atividade da enfermagem e suas obrigações éticas.....	20
5.6 Teoria das obrigações e a enfermagem.....	23
5.7 Enfermagem na liderança, supervisão e gerenciamento.....	24
5.8 Bioética e biodireito nas condições laborais de enfermagem.....	27
5.9 Humanização como princípio ético da assistência de enfermagem.....	29
6 ANÁLISE DOS DADOS.....	30
6.1 Disposições gerais.....	30
6.2 Dos procedimentos e do processo ético-disciplinar.....	32
6.3 Do julgamento em primeira instância.....	40
6.4 Das nulidades e anulabilidades.....	41
6.5 Do julgamento em segunda instância.....	42
6.6 Da execução da pena.....	43
6.7 Da revisão da pena.....	43
6.8 Da reabilitação.....	44
6.9 Da prescrição.....	44
7 CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS.....	48
ANEXOS.....	51
ANEXO I – Resolução COFEN nº 252/2001.....	52
ANEXO II – Resolução COFEN nº 370/2010.....	66

1 INTRODUÇÃO E PROBLEMA

A ética propõe-se a compreender os critérios e os valores que orientam o julgamento da ação humana em suas múltiplas atividades, principalmente aquelas que dizem respeito ao trabalho e à vida humana associada. Ética aqui tratada como disciplina, neste sentido, se refere à reflexão crítica sobre o comportamento humano, interpreta, discute, problematiza e investiga valores e princípios. Ela procura respostas ao que "deve ser feito", e não ao "que pode ser feito" do ponto de vista das razões de se fazer ou deixar de fazer, de aprovar ou desaprovar algo, do que é bom e do que é o mal, do justo e do injusto.

Ao longo da formação das sociedades, pessoas, organizações, associações, sindicatos, entidades representativas das ocupações sociais (dentre outros: médicos, economistas, administradores, engenheiros, assistentes sociais, enfermeiros), as categorias de trabalho e a classe política têm estabelecido formas de conduta capazes de avaliarem se suas ações são ou não corretas. Ou seja, normas valorativas de conduta. Formas de conduta essas que dizem respeito à própria condição de existência individual e social. Muitas são as respostas para esta questão no âmbito da Enfermagem, várias aplicações podem ser visualizadas examinando-as em suas principais correntes de pensamento e nos princípios eleitos.

Avaliar se uma ação é correta ou não, varia de acordo com a escola filosófica que a postula, bem como os argumentos pelas quais uma ação deve ou não ser aceita em certo tempo e em determinada sociedade. Ela pode variar, de acordo com escolas e argumentos, no entanto, não nos induz necessariamente ao relativismo de que "hoje não pode e amanhã já pode" segundo as paixões favoráveis e momentâneas, principalmente no exercício do poder público. Ao contrário, há consciência da necessidade da reflexão de quais valores devem ser agregados nas atividades humanas.

Nesta reflexão, dar-se-á proeminência à ética normativa, pretendendo responder à incitante pergunta, "o que devemos fazer" no âmbito do cuidar em Enfermagem e na vida humana associada. O caráter predominante diz respeito à ética aplicada para resolução de problemas éticos cotidianos, isto é, procura resolver problemas práticos de acordo com os princípios da ética normativa. A ética normativa, em geral, não se detém em apenas numa escola ética na análise e no exame dos procedimentos de uma ação correta ou incorreta. Ela se vale das

diversas éticas, e suas variações, como: a utilitarista avaliação das consequências bem como da deontológica avaliação a partir do dever.

Este trabalho pretende analisar o Código de Processo Ético de Enfermagem e verificar se este se encontra em conformidade com os princípios bioéticos e do biodireito, apontando assim as congruências e as divergências.

O Código de Processo Ético de Enfermagem é oriundo da Resolução nº 370 do Conselho Federal de Enfermagem (doravante denominado COFEN), que foi publicado em 03 de novembro de 2010. Disto posto, pouco se tem notícia a respeito do tema, seja em livros, revista e até mesmo na internet. Sendo uma norma nova, trata-se de assuntos com poucos estudos publicados, ainda que de grande importância para a sociedade. E este trabalho é uma abordagem que se revela inusitada, afinal seu entendimento passa necessariamente por conhecimentos tanto de enfermagem, quanto jurídicos. E a sua importância transcende estes dois ramos da ciência ao atingir outras disciplinas e por conseguinte a sociedade de forma direta e indireta, pois influencia neste grupo de trabalhadores tão importante na assistência a saúde de forma preventiva, curativa e na reabilitação. Esta importância ficará ainda mais evidente no decorrer deste trabalho.

Assim, o problema em questão a ser verificado é se o referido Código de Processo Ético de Enfermagem está harmônico com os princípios da bioética e do biodireito, além de verificar se ele é efetivo para disciplinar as ações deste grupo de trabalhadores.

2 JUSTIFICATIVA

Enquanto profissão que lida com a vida e com o binômio saúde/doença, a enfermagem tem como seu elemento de trabalho o ser humano.

Sendo assim, para os enfermeiros e acadêmico da enfermagem é notória a importância do confronto destas duas ciências, enfermagem e direito. Mas, além disso, a extrema relevância não só para enfermagem e para o direito, ao passo que atinge toda a sociedade que hora ou outra é atendida pelos profissionais da enfermagem.

O Código de Processo Ético de Enfermagem é o elemento norteador da enfermagem e, portanto necessita estar de acordo com valores fundamentais da bioética e do biodireito. É exatamente este enlace que este trabalho visa verificar.

Assim, quando o Código é o instrumento pelo qual os profissionais da enfermagem são processados e, portanto a este devem se guiar, pois é a estrada pelo qual os profissionais devem seguir para não virem a sofrer sanções.

Os profissionais da enfermagem sejam os enfermeiros (profissionais de nível superior), auxiliares e técnicos (nível fundamental e médio), até as parteiras ainda remanescentes em nosso imenso território, devem satisfação às normas contidas neste código.

Logo, estes profissionais encontram-se em várias instituições hospitalares públicas e privadas, postos de saúde, clínicas e em vários serviços autônomos. Da mesma forma a enfermagem tem como ferramenta de trabalho a saúde e a vida das pessoas, portanto a estes cabe um código norteador muito eficiente e adequado a estas diversas facetas.

3 QUESTÕES NORTEADORAS E OBJETIVOS

O Código de Processo Ético de Enfermagem está em consonância com os princípios bioéticos e do biodireito?

Esta correlação será analisada neste trabalho, artigo por artigo do instrumento processual. Levantando os artigos do Código de Processo Ético de Enfermagem e compará-los com os princípios bioéticos, a fim de encontrar concordância e divergência entre eles é a meta para solucionar esta questão.

Será feito um confronto artigo por artigo do Código de Processo Ético de Enfermagem a luz dos princípios bioéticos. Trata-se de um método descritivo e comparativo, uma vez que faz a análise dos artigos do código de enfermagem.

O seu conteúdo é uma evolução ou um retrocesso do código anterior?

Neste mesmo sentido, também será analisado o Código de Processo Ético de Enfermagem atual em vigor ao ano de 2010 em comparação com seu antecessor.

O Código representa uma ferramenta adequada para o processo de profissionais de enfermagem?

E por fim, é também meta deste trabalho verificar se a norma vigente é de fato efetiva ao controle das condutas da enfermagem,

Logo este trabalho tem por objetivo verificar se os preceitos bioéticos estão presentes neste código de enfermagem ou se algum artigo está em oposição aos princípios.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo trata de pesquisa bibliográfica do tipo descritiva de abordagem qualitativa constituída principalmente de livros e artigos e artigos científicos, análise da legislação correlata ao tema e levantamento de posicionamento jurisprudenciais e doutrinários. Escolhemos esse tipo de pesquisa por ser uma abordagem baseada em material de estudiosos qualificados, que fizeram pesquisas científicas merecedoras de crédito acerca do tema escolhido.

Este trabalho de pesquisa biográfica visa dar embasamento a análise dos dois documentos principais deste estudo, que se trata da Resolução COFEN nº 370/2010 e seu antecessor a Resolução nº 252/2001, para em última análise, verificar a evolução da destes textos. E por fim estabelecer as condições que ficaram os dois documentos no que tange aos princípios do biodireito e da bioética.

É um estudo composto de uma pesquisa bibliográfica, o qual compreendeu uma revisão abrangente, profunda, sistemática e crítica de publicações que vão desde características do trabalho da Enfermagem, para possibilitar a descrição de um quadro com fins de dar uma base de conhecimento para pesquisa e outras atividades especiais no cenário da prática laborativa.

Conforme alude MARCONI¹, uma pesquisa bibliográfica consiste no exame da literatura científica, com o objetivo de obter um levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado tema em estudo. Através deste tipo de pesquisa é possível ter um domínio da bibliografia especializada, permitindo atualização do pesquisador e do leitor sobre o assunto em investigação.

Na elaboração da monografia, como dito, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica, e além deste, o método de abordagem foi o dedutivo, que é a técnica argumentativa que parte do geral, do amplo, para se chegar às particularidades. Esta pesquisa vincula-se ao eixo temático do curso de Direito da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe, denominado Direito Constitucional.

A seleção dos documentos em análise deu-se pela leitura das publicações brasileiras de Enfermagem publicadas entre os anos de 2002 a 2011, que continham artigos que abordavam uma visão sobre enfermagem, bioética e biodireito. Através também da pesquisa eletrônica, nas revistas indexadas às base

¹ MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.

de dados Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Medline (Literatura Internacional em Ciências da Saúde) e Scielo (*Scientific Electronic Library Online*). Além dessas publicações virtuais foram utilizadas publicações físicas das bibliotecas das universidades da capital do estado de Sergipe.

Foi realizado um estudo qualitativo e comparativo, descrevendo cada artigo do Código de Processo de Enfermagem à luz dos princípios bioéticos e do biodireito. Análise sobre o método qualitativo, descrevendo cada artigo em comparação com os preceitos éticos previsto na doutrina, ou seja, a norma material em um confronto com os princípios gerais.

Para tal será lançado mão tanto do código presente no site do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e da literatura (livros, artigos, revista e internet) sobre o tema da bioética e do biodireito.

Através do que foi dito acima, é possível afirmar que para a realização de uma pesquisa bibliográfica é fundamental que sejam seguidos caminhos não-aleatórios, uma vez que esse tipo de estudo requer elevado nível de vigilância epistemológica, de observação e de atenção na escolha e no direcionamento dos procedimentos metodológicos. Este trabalho, por sua vez, necessita ter critérios claros e bem delineados que são constantemente avaliados e redefinidos à medida que se construiu com a busca por soluções ao objetivo do estudo proposto.

Ao realizar uma pesquisa bibliográfica, é importante ressaltar que ela deve ser sempre realizada para fundamentar teoricamente o dito objeto em estudo, contribuindo com elementos que convalidam a análise dos dados obtidos. Portanto, este método difere da revisão bibliográfica uma vez que vai além da simples observação de dados obtidos nas fontes pesquisadas, pois incorpora sobre eles a teoria, a compreensão crítica do exame neles existentes.

A utilização de um traçado metodológico circular ou de conexões sucessivas no encaminhamento da pesquisa bibliográfica permite por meio da flexibilidade na apreensão dos dados, maior alcance deste trato dialético dos dados coletados, pois o material de estudo pode ser constantemente revisto, garantindo o melhoramento na definição dos procedimentos metodológicos. Além disso, este método permite a exposição mais eficiente do trajeto realizado na pesquisa.

Cabe ressaltar que, no entanto, a esta flexibilidade na obtenção dos dados não tornou a pesquisa bibliográfica mais fácil. Ao contrário, este tipo de

estudo requer mais trabalho do pesquisador, pois exige desta mais disciplina e atenção tanto no transcurso metodológico. É definido quanto no cronograma de estudos sugerido para que a conclusão integradora das soluções não seja prejudicada. É um trabalho incansável de análise dos objetivos, de observância das etapas traçadas, de leitura, de questionamentos e além da interlocução crítica com todo o material bibliográfico que permitiu, por sua vez, um conjunto de possibilidades na apreensão das diversas questões envolvidas no objeto de estudo.

Por fim, reafirma-se que a pesquisa bibliográfica, como um procedimento metodológico, é importante na produção do conhecimento científico, pois digna-se capaz de gerar novas luzes ao tema, em especial nos temas pouco explorados, além da postulação de hipóteses ou interpretações que serão utilizadas de ponto de partida para pesquisas posteriores.

5 REFERÊNCIAL TEÓRICO

5.1 O CONCEITO DE ÉTICA E BIOÉTICA

O termo bioética é sem sombra de dúvida um conceito particularmente difícil de compreender, deriva esta da dificuldade e das incertezas de seus contornos. Existem até estudiosos que se interroga mesmo sobre sua existência. Desde o início do termo e durante todo esse longo tempo, o termo "bioética" veio se juntar aos de ética, moral e deontologia. Por decorrência disso e frequentemente, usa-se ao lado de outros termos como "bioética", "biomedicina" além da expressão "biodireito". Assim, vários profissionais como o médico, enfermeiro, psicólogo, o biólogo, o jurista ou o filósofo, cada um tem um conceito singular sobre este tema. A decorrência disso é que todos esses elementos contribuem para certa confusão entre os cidadãos ou os próprios profissionais, consagra MONDIELLI².

Evidentemente que cabe aqui a conceituação de bioética e biodireito, que por ser um tema novo, ainda ocorre certas dúvidas.

O termo bioética foi empregado pela primeira vez pelo oncologista e biólogo norte-americano Van Rensselder Potter, da Universidade de Wisconsin, no ano de 1971. Para este autor, a bioética seria então uma nova disciplina que recorreria as ciências biológicas para melhorar a qualidade de vida do ser humano. Assim também, os bioeticistas devem ter como paradigma o respeito à dignidade da pessoa humana, que é fundamento do estado democrático de direito (Constituição Federal, artigo 1º, inciso III) e o cerne de todo o ordenamento jurídico. Para tanto alerta DINIZ³ que a bioética e o biodireito devem necessariamente andar juntos com os direitos humanos, não podendo, por isso, obstinar-se em não ver as tentativas das ciências biológicas de manterem injustiças contra a pessoa humana sob o pretexto do progresso científico.

² MONDIELLI, Eric. Noções de bioética e do direito da biomedicina na experiência francesa. **Rev. Direito Sanit.**, São Paulo, v. 11, n. 2, out. 2010 . Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151641792010000300004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 nov. 2012.

³ DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CHIARINI JÚNIOR⁴ define o biodireito como “um termo que pode ser entendido, também, no sentido de abranger todo o conjunto de regras jurídicas já positivadas e voltadas a impor ou proibir uma conduta médico-científica e que sujeitem seus infratores às sanções por elas previstas”.

Logo para este autor a pretensão que caracteriza o biodireito, é de um estudo jurídico, tendo-se por base a bioética e sobre o qual versa a legislação acerca dos procedimentos e dos limites determinado para as condutas médico-científicas. Assim não se confunde, visto que a bioética é um estudo ético-filosófico relacionado a um assunto, principalmente, às técnicas e limites das experimentações e procedimentos médico-científicos. Já o biodireito, por seu turno seria a positivação das normas decorrentes da bioética.

5.2 BIOÉTICA, BIODIREITO E OUTRAS DISCIPLINAS

O Direito Constitucional sendo o principal ramo do Direito, pois fixa as diretrizes políticas e jurídicas básicas de uma nação. Será a diretriz de qualquer norma jurídica da mesma forma que o biodireito.

Na comparação entre o biodireito e direito penal, observa-se que nesse último cabe a tipificação de um abortamento, para tanto excluindo a tipificação dos abortamentos terapêutico ou necessário, como exemplo do abortamento por má-formação de feto-encefálica discutido recentemente pelo Supremo Tribunal Federal.

5.3 PRINCÍPIOS DA BIOÉTICA E DO BIODIREITO

Os princípios da bioética são tão amplos quanto sua abrangência, mudando ao depender do autor, o qual não é a pretensão deste trabalho esgotar o assunto. Disto segue os princípios mais citados pela literatura.

Sendo anterior ao direito à liberdade, o direito de defesa da vida é arcar com a responsabilidade da vida própria, assim da do outro. É o denominado princípio de liberdade e de responsabilidade, conforme SGRECCIA⁵.

⁴ CHIARINI JÚNIOR, Enéas Castilho. **Noções introdutórias sobre biodireito**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 424, 4 set. 2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/5664>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

⁵ SGRECCIA, Elio. **Manual de bioética: Fundamentos e ética biomédica**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2009, v. 1.

O princípio de totalidade ou princípio terapêutico é definido considerando que o corpo não pode ser tomado em sentido único, mas em conjunto como bem espiritual e moral da pessoa.

Já o princípio de totalidade ou princípio terapêutico é lembrar que uma terapia, levar em conta a totalidade da pessoa e que, portanto, se exige uma mensurar a proporção entre riscos e danos que o tratamento provoca e os benefícios que ela traz.

Cada pessoa deve considerar-se na participação da realização do bem dos próprios semelhantes, é o citado como princípio da sociedade e de subsidiariedade. Restritivamente na promoção da vida e da saúde, cada cidadão se obrigue como um bem não apenas pessoal, mas também social ao considerar a própria vida e a do outro. E assim se obriga a comunidade a promover a vida e a saúde de seus integrantes, promovendo o bem comum ao proporcionar o bem de cada um de seus integrantes.

Agora vem um dos temas mais citados na literatura, dignidade da pessoa humana, vai exigir do profissional de saúde uma atuação com o máximo de zelo e o melhor desempenho de sua capacidade técnica, sem se esquecer de suas metas humanitárias.

O princípio da autonomia será ligado visceralmente ao livre consentimento do paciente, uma vez que a ele deve ser sempre informado de seu estado e das condutas a ser efetuadas. Em outras palavras, o paciente tem a liberdade de fazer o que quiser, mas é necessário oferecer a informação completa para que o consentimento seja realmente livre e consciente.

Como visto, o princípio da beneficência, trata-se, de vedar condutas que, apesar de poderem gerar alguma descoberta científica sejam igualmente capazes de gerar algum malefício físico ou psíquico ao paciente.

Semelhante ao anterior, o princípio da sacralidade da vida e dignidade da pessoa humana, determina que a vida humana deva ser, sempre, respeitada e protegida contra agressões desnecessárias. Decorrência lógica do citado princípio da dignidade da pessoa humana, trata-se de se respeitar a vida ao considera o ser humano como valor em si mesmo e em todas as suas nuances.

Deve, segundo o princípio da Justiça, a ciência aplicar de forma igual para todos os membros da humanidade, não devendo existir distinção em função de

gênero, classe social ou capacidade econômica daquele que procura assistência a saúde.

Diretamente ligado ao conceito de patrimônio genético da humanidade, o princípio da ubiquidade, significa dizer que o direito deve-se preocupar, a qualquer custo, com a preservação das características essenciais da espécie humana.

Encontraria ligado ao princípio anterior da ubiquidade, o Princípio da cooperação entre os povos, demonstra a necessidade de medidas de proteção global contra experimentações indevidas, principalmente as que envolvam alteração da genética humana.

Seguindo o mesmo raciocínio até agora trilhado, princípio preservação da espécie humana significa que o ser humano tem liberdade para realizar as pesquisas úteis para seu aprimoramento da espécie, sem se afastar da responsabilidade para com as futuras gerações. Assim, é importante a preservação das características essenciais da espécie humana, tendo-se limites às experimentações científicas que possam resultar em alterações do ser humano. Seja na sua individualidade ou na coletividade quanto a espécie.

O princípio da precaução destina-se a impor ao interessado na realização da atividade científica, o dever de comprovar a inexistência de risco, o qual pode resultar em pena de proibição da prática da atividade científica. Mais do que provar o risco da atividade é sobretudo ao impedir a sua continuação.

Transportando-se para o biodireito, o denominado princípio da prevenção, considera-se que a pesquisa científica só poderá ser realizada se existirem formas de impedir a sua irreversibilidade, e desta forma, os pesquisadores estão obrigados a tomar todos os cuidados possíveis e necessários para sanar problemas decorrentes da pesquisa a ser realizada.

A ideia de que toda vida humana tem de ser respeitada com uma finalidade e jamais como um meio, é o Princípio da vida humana digna, pacífico no mundo jurídico.

5.4 BIOÉTICA, BIODIREITO E A NATUREZA HUMANA

De fato, a fraqueza humana, o ato culposo e também as falhas estruturais são suscetíveis de entendimento, mas o ato que resulta em má prática, a denominada mala práxis, revela uma expressão da maldade. Afinal esta má prática

é decorrente da intenção deliberada de fazer mal ao paciente e, portanto, seria motivo plausível para uma demanda judiciária. Decorre que se o ocorrido foi imprevisível ou decorrente de caso fortuito ou força maior, não estaria previsto na norma que, portanto não poderia ser evitado. É um resultado incontrolável que decorreria de uma situação inexorável e grave, o qual poderia ser do curso da evolução patológica que não teria de meios para impedir.

Todavia, certos cuidados como aqueles técnicos decorrentes do gerenciamento de riscos atinentes a atividade desempenhada, poderia ser atenuados ou eliminados. Assim, enquanto o acidente previsível e o resultado incontrolável não teriam o condão de impor a responsabilidade civil, visto que não existe nexo de causalidade entre a ação do profissional de saúde e o dano sofrido pelo usuário do serviço. Observa-se que esta responsabilidade, desde que oriundo de culpa (imprudência, negligência ou imperícia) no que tange ao erro do profissional de saúde atinge qualquer uma de suas categorias, sejam os enfermeiros, auxiliares, técnicas e parteiras. Se este profissional administra um medicamento que durante ato leva o paciente a apresentar mal-estar ao paciente e ainda assim não o suspende, insistindo em administrar a medicação causando lesão ao paciente, acaba por agir culposamente, sendo por esta conduta responsabilizada em atendimento ao artigo 951 do Código Civil.

5.5 A ATIVIDADE DA ENFERMAGEM E SUAS OBRIGAÇÕES ÉTICAS

Proposto como uma ponte, a bioética aumenta o espaço para os limites e exceções, e relega questões cotidianas. Assim, a bioética pode ser percebida muito mais como uma parede e tornam-se isolados das questões éticas que envolvem a vida das pessoas todos os dias, assim como a maioria dos serviços de saúde e atividades profissionais. Portanto, a falta de estudos publicados em bioética, com foco na atenção primária, não é nenhuma surpresa, devido as suas particularidades e especificidades. Estas características despertam questões eticamente significativas, diferentes daqueles com experiência no hospital. Os atores (usuários, trabalhadores, profissionais liberais, administradores), o meio ambiente, o tipo de encontros e relacionamentos entre a equipe de saúde e os usuários, o trabalho de composição e equipe têm características diferentes dos cuidados de saúde hospitalar.

A Enfermagem vem se desenvolvendo com base em conhecimentos empíricos e teóricos fundamentados em múltiplas atividades profissionais voltadas para a assistência, o ensino, o gerenciamento e a pesquisa. Nesse desenvolvimento da profissão, é levado em conta o processo de trabalho da equipe de enfermagem, porquanto esse processo visa propiciar ações de cuidar de forma segura. Sendo assim, além da habilidade técnica, é imprescindível que os profissionais de enfermagem também detenham conhecimentos a respeito das normas regulamentadoras do exercício, dos direitos e das obrigações profissionais. Contudo, esse conhecimento não deve substituir as dimensões ética e moral que permeiam as ações desses profissionais.

O profissional de enfermagem, segundo PUPULIM⁶, é da múltipla disciplinariedade a única categoria em constante contato com o paciente durante a hospitalização. Invariavelmente tem que invadir a intimidade do paciente para passar uma sonda, dar banho no leito, enemas entre outros procedimentos. Logo, cabe a enfermagem procura preservar a intimidade e a privacidade do cliente, seja por meio de biombos, evitando exposição desnecessária de partes do corpo que não precisam ficar expostas durante um procedimento e solicitando acompanhantes retirem-se do quarto/enfermaria durante determinados cuidados um cuidado, para fim de proporcionar atitude humanitária e de respeito ao paciente. Trata-se de respeitar a vulnerabilidade do paciente.

Partindo para situações mais práticas, vemos que hoje o enfermeiro possui um papel de destaque dentro das equipes multidisciplinares que atuam na Atenção Básica propostas pelo Ministério da Saúde. Representa-se uma mudança no paradigma da assistência a saúde.

Assim, hoje o enfermeiro realiza inúmeros procedimentos tendo significativa autonomia aos profissionais médicos. Desta forma, os profissionais de enfermagem estando perfeitamente aptos para detectarem intercorrências nas condições de saúde do paciente, seja através da coleta de dados, solicitação de exames complementares e até interferir quando realiza a repetição dos medicamentos.

⁶ PUPULIM, Jussara Simone Lenzi. O cuidado de enfermagem e a invasão da privacidade do doente: uma questão ético-moral. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Ribeirão, v.10, nº 3, Preto May/June 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692002000300018&lang=pt>. Acesso em: 10 de abril de 2012, 11:10:14.

Para SOUZA⁷, as resultantes decorrentes dos aplicativos éticos da Enfermagem, pode-se considerar que a ética teleológica determina o que é correto de acordo com uma determinada finalidade ao qual se pretender atingir. Isto significa, procurar o êxito da ação. Todavia na ética deontológica, a análise das consequências de um ato ou comportamento, segundo este autor, não deve influir no julgamento moral sobre as ações das pessoas; orienta-se pela convicção.

Data vênua, os postulados da ética deontológica respondem pelo denominado “vir-a-ser”. Contudo não totalmente pelas tomadas de decisões teleológicas dentro do âmbito das organizações da saúde. Observa-se que a proibição à exclusividade da própria conservação sugere ora denominada ética da responsabilidade, com o pressuposto de superar a noção tanto do êxito, como da convicção.

Pautada como o eixo desta reflexão, a ética da responsabilidade, é por assim entender que dela se formula uma referência para todo o cuidado em Enfermagem. É esta responsabilidade produzirá tanto os efeitos integrativos da dignidade humana, assim ponderando circunstâncias concretas do processo de cuidar e tomada de decisões razoáveis, prudentes e equitativas dentro dos problemas que aparecem.

É exatamente nesta perspectiva e, a partir de uma reflexão que se apresenta a alguns aspectos da ética em enfermagem sob a ótica da prática e da responsabilidade, que a ética se constrói no tempo e na história, desta forma transmite-se e enriquece-se no transcorrer da vida da humanidade ao passo que o tempo em que se manifesta como um acordo do homem por meio de sua consciência, para com ele próprio, para com a sociedade e para com o mundo. Desta forma cabe sempre uma reflexão relacionada a reflexão ética a questões de Saúde Pública, com o objetivo de contribuir para a visibilidade da enfermagem no que se refere ao desenvolvimento de políticas de saúde.

Cabe a entender que uma reflexão fundamentada no pressuposto de que a Enfermagem, nas suas mais diversas categorias, que vai dos enfermeiros até as parteiras, são basicamente seres humanos em processo e cujos corpos localizam-se num mundo que é ao mesmo tempo físico, social, moral e político. Assim, todas

⁷ SOUZA, Maria de Lourdes de; SARTOR, Vicente Volnei de Bona; PRADO, Marta Lenise do. **Subsídios para uma ética da responsabilidade em Enfermagem**. Texto contexto - enfermagem, Março 2005, vol.14, nº 1, p.75-81.

essas categorias de profissionais estão localizadas em uma tradição cultural específica. Portanto, os enfermeiros procuram nas suas tarefas suprir o estoque de funções sociais, estruturas, modelos e metáforas assim entendido como o modo de apreender o mundo, compreendê-lo e raciocinar sobre ele. A partir desse princípio, os julgamentos morais dos enfermeiros ocorrem no âmbito da biológico-cultural e do imaginário das pessoas.

Pensar numa nova ética em enfermagem é antes de tudo reconhecer o notório valor desta prática profissional para toda a sociedade. Assim, é pensar na saúde como um bem do qual se compreende as políticas sociais do individual até as interferem na vida coletiva. É portanto, reconhecer que o cuidado de enfermagem reflete-se no mundo, convalida no outro e tem o seu valor transcendendo o campo econômico.

Prosseguindo na mesma linha de raciocínio, inevitavelmente o enfermeiro se confronta ou lida corriqueiramente com desafios da doença e até dele mesmo que incorre em seu dia-a-dia. Do até então abordado, não cabe meramente negar as tradições sócio-morais, afinal, em grande parte, definem nossa sensibilidade e sem nossa tradição nos arruinaríamos. Cabe assim a todos nós o dever de fazer e alterar aspectos de nossa tradição para torna-los consistentes com nossos conhecimentos. Inegável considerar que esse é o caminho para a humanidade dá sentido às coisas e aos pacientes enquanto seres sob cuidado direto ou não. São portanto motivados para agir de uma forma ética criadora de valores a partir dos valores já existentes.

5.6 TEORIA DAS OBRIGAÇÕES E A ENFERMAGEM

Para FREITAS⁸, a equipe de enfermagem, não tem a obrigação do resultado, mas sim do meio, assim ao cuidar de um cliente, esses profissionais não se obriga a curá-lo e sim de prestar uma assistência adequada. Contudo, para tal deve utilizar todos os recursos humanos e técnicos necessários e disponíveis para garantir uma assistência de enfermagem que seja segura e eficaz ao paciente. Portanto a assistência prestada pela enfermagem de ter como objetivo, uma ação isenta de riscos de ocorrências prejudiciais, tendo como desvelo a conduta inapta,

⁸ FREITAS, Genival Fernandes de; OGUISSO, Taka. **Ocorrências éticas com profissionais de enfermagem**: um estudo quantitativo. Rev. esc. Enfermagem, USP, Mar 2008, vol.42, n^o 1, p.34-40.

erros por imprudência ou por negligência do profissional de enfermagem. Para tanto, faz-se necessário diferenciar os riscos inerentes aos procedimentos terapêuticos e às ações de enfermagem propriamente ditas. No primeiro caso, por riscos inerentes entendem-se aqueles em que o profissional de enfermagem, estando ciente da sua existência e possibilidade de ocorrência, não concorda e nem concorre para que tais riscos possam se concretizar ou minimamente agravar. É por decorrência disso que quando os riscos forem indesejáveis, seja do procedimento ou da ação, o profissional deve resguardar-se no seu trabalho, informando ao cliente ou acompanhante (responsável legal) sobre tais riscos, a fim de obter o consentimento e colaboração, antes mesmo de implementar a conduta terapêutica.

Como é sabido, a responsabilidade é o dever jurídico de responder pelos próprios atos ou de outrem, sendo assim, sempre que estes atos violem os direitos de terceiros protegidos por Lei, é garantido ao prejudicado o direito de ressarcimento de danos causados ainda que de forma culposa, em qualquer um de seus tipos, ou seja por imperícia, negligência ou imprudência, por parte desse profissional.

Cabe perceber que quando o prejuízo ao cliente for decorrente de uma ação ou de uma omissão por parte do profissional, podendo assim se caracterizar infração ou ocorrência ética, dando-se ensejo ao questionamento junto ao seu conselho sobre a sua responsabilidade ético-legal. Averigua-se por preliminar a culpa e orienta o profissional em relação às consequências danosas do seu agir ou inicia-se seu julgamento disciplinar. Contudo, cabe frisar que a responsabilidade jurídica pode ser aferida, independentemente da responsabilidade ética, seja através da indenização ou ressarcimento dos danos acarretados ao cliente, ou até mesmo impondo-se na qualidade civil, penas de ordem não pecuniárias, ação criminal, ou por fim a proibição do exercício profissional por determinado período ou a cassação do direito de exercer a profissão de forma definitiva.

5.7 ENFERMAGEM NA LIDERANÇA, SUPERVISÃO E GERENCIAMENTO

De modo muito importante é o comando do enfermeiro, neste caso o universitário sobre o aspecto de sua liderança que se atenta a dois pontos, a gestão de sua equipe e a supervisão de estágio de estudantes de nível superior e médio.

Entende MENDES⁹ que uma verdadeira gestão deve ser conduzida assumindo prioridade numa condução forte e determinada, em detrimento de um comportamento passivo. Pressupõe o dito autor uma preocupação profunda com as diversas questões da espécie humana, questões éticas, a relação com a natureza, em ordem, com o futuro do homem.

Há que se ter especial cuidado, pois no processo de gestão e de supervisão implica em responsabilidade muitas vezes indireta, o qual cabe ao enfermeiro um comportamento diligente.

Logo, uma gestão esclarecida pressupõe também o desejo do indivíduo, do trabalhador e estudante, ao ser considerado na sua integridade e capacidade de trabalho de autodecisão escolha individual, mas assim argumentando que os homens priorizam o trabalho significativo presumido, que deseja a tarefa em vez de ociosidade, haja vista que a pessoa aprecia ver suas realizações valorizadas de forma justa e sinceramente, supondo que o crescimento ocorre através do prazer em detrimento do tédio.

Gerenciamento e liderança são dois grandes desafios a serem enfrentados pelo enfermeiro líder, durante a atuação dos serviços de saúde. Trata-se de um desafio até então definido pelas medidas tomadas durante todas as suas práticas organizacionais, muitas vezes violando a autonomia dos enfermeiros. Assim os enfermeiros rotineiramente encontram-se submetidos a comandos e ritmos de trabalho inadequados à sua individualidade, promovendo a alienação de se mesmo, de seus colegas e dos seus subordinados. Toda a atividade desenvolvida pelos profissionais de enfermagem costuma desembocar para o desânimo, rotineiramente por não ter seu potencial devidamente explorado, como se não pudesse acordar, como se não fosse possível conduzir e ser conduzido sem a rigidez e precisão de uma sabedoria convencional da administração.

Como já traçado em linhas anteriores, corriqueiramente a enfermagem tem que trabalhar sobre condições extremas de improvisação o qual enseja uma exposição a toda a sorte de falhas. A isso é o que BELLATO¹⁰, em seu muito

⁹ MENDES, Isabel Amélia Costa; TREVIZAN, Maria Auxiliadora; LOURENÇO, Maria Regina. **La gerencia aclarada en el trabajo del enfermero**. Rev. Latino-Americana de Enfermagem, Oct 2002, vol.10, n^o 5, p.704-708.

¹⁰ BELLATO, Roseney; PEREIRA, Wilza Rocha. **O gerenciamento em enfermagem frente a pauperização das condições materiais de trabalho**. Rev. brasileira enfermagem, Ago 2004, vol.57, n^o 4, p.479-483.

brilhante estudo denomina como “a banalização do olhar cotidiano dos profissionais de saúde”, este fez parte de um estudo intitulado “O gerenciamento em enfermagem frente a pauperização das condições materiais de trabalho”. Este é um incontestável trabalho sobre a notória condição ambiental de todo o tipo de trabalhador da saúde, ainda mais os que militam na área pública. Portanto, a enfermagem, ora labuta sobre um espaço de pessoas internadas revelando que leva a naturalização com que estes convivem com essa realidade, afinal se temos déficit de espaço físico, ainda no que se tange ao estado de conservação das camas utilizadas pelos pacientes (macas), pode-se observar que a superfície encontra-se, em muitas delas, danificada e com pontos de ferrugem decorrente de seu longo tempo de uso e decorrente da ação dos agentes químicos empregados para a sua limpeza e desinfecção. Na rede pública, rotineiramente encontramos na grande maioria, macas com problemas no seu funcionamento, tal como mecanismo de elevação da cabeceira e pés. Até mesmo a rolagem (rodas) são descritas como em péssimo estado de funcionamento ou mesmo sem funcionamento.

De igual modo é importante salientar que, semelhante às macas, e agora falando de outro item hospitalar que a título de exemplo também pode comprometer o trabalho de enfermagem. Em relação aos lençóis empregados para forrar os colchões, estes quando existentes rotineiramente não possuem elástico que os mantenham no lugar, sendo improvisada uma amarração sob o colchão ou de papel descartável de baixa qualidade. Devido a essa e outras improvisações, a enfermagem trabalha mais exposto a riscos. Neste problema, o autor diz que tornaria necessário a confecção de lençóis extralargos, o que levaria a um gasto desnecessário de tecido e aumento dos custos hospitalares. O autor ora mencionado cita várias sugestões para o problema do lençol como o uso constantes de lençóis com elástico, pois acredita ele que mesmo que estes possam vir a ser danificados com a lavagem e esterilização, ainda assim seria menos oneroso, além de poupar trabalho e também preveniria a formação de rugas que predispõe os pacientes acamados por longo tempo às úlceras de pressão, conhecidas como escaras.

Desse mesmo estudo foram conclusos que pela ampliação da noção de cidadania dos usuários e do mesmo modo os trabalhadores dos serviços de saúde através da capacitação crescente destes. Este maior aporte informativo deixa ao trabalhador de forma clara quais são seus direitos, onde e como reivindicá-los.

Dessa forma pode diminuir a sua vulnerabilidade de usuários e trabalhadores, e também fortalecer as instâncias comunitárias para demandar por serviços de saúde de boa qualidade, disto, teremos como repercussão que se farão sentir nas nossas condições de trabalho.

5.8 BIOÉTICA E BIODIREITO NAS CONDIÇÕES LABORAIS DA ENFERMAGEM

Trabalhadores de enfermagem rotineiramente convivem no seu cotidiano profissional com problemas, dilemas e sofrimento morais. Este sofrimento moral surge quando os trabalhadores apresentam dificuldades para atuar em situações moralmente adequadas, conforme suas consciências.

As soluções para a maior parte desses dilemas estariam muito da bioética, portanto requerendo a modificação dos ambientes laborais que necessitam se tornar mais consistentes no que se refere à prática ética. Uma estratégia para a solução dos problemas que conduzem ao sofrimento moral poderia ser o desenvolvimento de programas de educação e ética direcionados especificamente para os trabalhadores da enfermagem. Neste programa, discutiria-se uma variedade de temas, conforme a necessidade da instituição e do conteúdo ético do cuidado dos doentes.

Decorrente disso, a ética é um termo alusivo as diversas formas de analisar e entender a vida moral. E nesta moral expressa um conjunto de valores, que surge de normas reconhecidas como adequadas a determinados grupos sociais. A ética fundamenta-se em três pilares: percepção dos conflitos, autonomia e coerência frente aos conflitos. Historicamente, a enfermagem é uma profissão em que os enfermeiros agem como agentes morais, apropriando-se dos conceitos já descritos de compromisso, sensibilidade, autonomia, senso de dever, julgamento, conflito, competência e certeza. Cabendo o agenciamento moral decorrente do desejo de prover cuidados de qualidade, o que é entendido tanto como uma necessidade, quanto uma responsabilidade moral. Assim, o enfermeiro tornaria agente moral do seu paciente.

Seja como os profissionais de enfermagem, gerentes ou em faculdades, todos os dias, nos deparamos com ocorrências éticas. Nestas situações, procuramos envolver e discutir essas ocorrências com os respectivos profissionais, tanto na Comissão de Ética de Enfermagem ou na clínica ou unidade onde ocorreu o

evento, usando os conhecimentos adquiridos ao longo da formação e atividade profissional. Assim, com vista a garantir uma assistência de enfermagem livre de riscos ou danos causados por negligência, imperícia ou imprudência cometidos por profissionais de enfermagem, acredita-se que é de fundamental importância para compreender o mundo dos eventos éticos, bem como as formas de ver e lidar com eles, com base na experiência cotidiana desses profissionais como gerentes de enfermagem (NM) ou membros do Comitê Ético de Enfermagem (NEC).

Ocorrências éticas são eventos danosos causados por profissionais de enfermagem durante o seu exercício profissional e relacionada a uma atitude inadequada para um colega, cliente ou do local de trabalho. Estes eventos podem acarretar algum tipo de dano ou prejuízo para os clientes ou para os próprios profissionais envolvidos, quer devido a uma falta de atenção, habilidade, conhecimento, zelo ou por omissão, ou seja, quando os profissionais não agem ou não fazer algo que devem e, assim, causam risco ou dano para outra pessoa.

A dimensão ética no processo de formação do enfermeiro não se constitui, simplesmente, numa relação em si mesma. Ao contrário, a relação com o outro, pressupõe uma atitude ética solidária, a partir do fortalecimento das relações no âmbito individual e coletivo. A dimensão ética do processo e formação do enfermeiro fundamenta-se na interação da ética com a educação, de fato ela se constrói na ação do pensamento crítico, daí no desenvolvimento da capacidade de reflexão, numa análise crítica da sociedade e das relações socioeducativas dos sujeitos envolvidos nesse processo. Esses sujeitos devem ser entendidos como pessoas capazes de evoluir, de aprender, de disponibilizar recursos, ativar esquemas, tomar decisões, usufruir a situações vividas, disto passam a refletindo sobre o que gostariam de fazer, sobre o que realmente fizeram e sobre o resultado almejados de tudo isso.

É esta dimensão ética que estimula os sujeitos do processo formativo, ao sentimento de fazer parte e portanto se sentirem incluídos, questão fundamental para o desencadeamento do sentimento de liberdade. Fato é que o grupo, por si só, não garante a solidariedade, afinal esta é formada no nosso cotidiano por meio de uma rede de apoio e decorrente de um pensar coletivo fundamentado nos princípios da ética. E essa solidariedade não se forma de um meio distante, inalcançável; mas acontece no nosso cotidiano, ou seja, o aqui e agora entre conflitos e adversidade.

5.9 HUMANIZAÇÃO COMO PRINCÍPIO ÉTICO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

No que se remete ao trabalho da enfermagem, ponto culminante é importância da humanização da assistência a ser prestado por esses profissionais. Notório que todo paciente tem direito respeitado como portador de direitos, o que implica participar das decisões decorrentes do seu tratamento. O objetivo é que o paciente conheça como vem ocorrendo o respeito da sua enfermidade, dos direitos enquanto paciente hospitalizado, ainda mais se usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) e até nos usuário convênios privados. Em estudo desenvolvido por CHAVES¹¹, cujos resultados apontaram a necessidade dos enfermeiros reservarem parte de seu tempo principalmente para a orientação de pacientes. Esta medida, como se atenta, visa envidarem esforços para assegurar o respeito aos direitos dos pacientes. Trata-se de princípio maior de serem previamente esclarecidos da doença e tratamento. Afinal deve dar seu consentimento, com princípio da liberdade, antes da realização de qualquer procedimento em si.

No estudo ora referido, concluiu pela necessidade cada vez mais premente das enfermeiras, no que se refere à orientação dos pacientes submetidos ao internamento pelo SUS, uma vez que estes devem ser menos informados e orientados quanto aos procedimentos clínicos que vão se submeter. É imprescindível prover esforços para assegurar os direitos dos pacientes, tanto internados pelos SUS quanto como aqueles internados em convênios privados, de serem adequadamente informados e darem livre consentimento antes de neles serem realizado qualquer procedimento.

¹¹ CHAVES, Patrícia Lemos; COSTA, Veridiana Tavares; LUNARDI, Valéria Lerch. **A enfermagem frente aos direitos de pacientes hospitalizados**. Texto contexto - enfermagem, Mar 2005, vol.14, nº 1, p.38-43.

6 ANÁLISE DOS DADOS

6.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

Conforme já referido em momentos anteriores deste trabalho, passaremos a analisar a Resolução COFEN nº 370, de 03 de novembro de 2010, comparando com os princípios do biodireito, bioética e do código anterior (Resolução nº 252/2001 revogada pela Resolução COFEN nº 370/2010).

Como diz o artigo introdutório da Resolução COFEN nº 370/2010 presente no TÍTULO I, intitulado “DISPOSIÇÕES GERAIS” do Código de Processo Ético-Disciplinar, este contém de forma sistematizada, o conjunto de normas que regem a aplicação pelos Conselhos de Enfermagem, do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem em todo o território nacional.

Partindo para o CAPÍTULO I, “DO SISTEMA DE APURAÇÃO E DECISÃO DAS INFRAÇÕES ÉTICAS”, ele escalona no segundo artigo o organograma hierárquico para julgamento dos processos éticos e estabelece sua hierarquia. Assim, neste artigo fica claro a quem caberá o juízo de admissibilidade (Plenário do respectivo Conselho) até o órgão recursal de segunda instância (Plenário do Conselho Federal e Assembleia Geral dos Delegados Regionais), que variará a depender do caso.

Na “COMPETÊNCIA”, do CAPÍTULO II, são estabelecidas três prerrogativas, o que em tese facilitaria o acesso desse profissional da enfermagem:

- I - o lugar de inscrição do profissional;
- II - o lugar da infração;
- III - a prerrogativa de função.

O inciso I é a situação mais elementar e que abarcaria a grande maioria dos profissionais. Já o inciso II é, portanto, uma exceção pois diz respeito aos profissionais que trabalham em mais de um lugar onde teria ação de no mínimo dois conselhos. Por os casos excepcionais de prerrogativa da função, sendo cabível ao Plenário do Conselho Federal de Enfermagem, quando se tratar de Conselheiro e Suplente, Federal ou Regional, isso enquanto durar o mandato situação em que cessado o exercício do mandato, deixará o profissional de gozar da prerrogativa de função, devendo o processo ser remetido ao Conselho Regional competente, o qual dará prosseguimento ao feito.

No CAPÍTULO III referente a “DO IMPEDIMENTO E DA SUSPEIÇÃO” será impedido de atuar no processo o membro do Plenário ou da Comissão de Instrução segundo grau de parentesco, subordinados a qualquer das partes, que se renunciou em primeira instância ou ele próprio servido por testemunha. E enumeram-se condições a ser arguida a suspeição de profissional indicado para realizar averiguação prévia, de membro do Plenário ou da Comissão de Instrução que:

I - seja amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes;

II - esteja ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente respondendo a processo por fato análogo;

III - ele próprio, seu cônjuge, parente consanguíneo, ou afim até o terceiro grau, seja litigante em

processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;

IV - tenha aconselhado qualquer das partes;

V - seja credor ou devedor, tutor ou curador de qualquer das partes; e

VI - seja sócio, acionista ou administrador de pessoa jurídica envolvida ou interessada no processo.

Cabe aos membros do Plenário ou da Comissão de Instrução, na vigência de impedimento ou suspeição, não de atuação no processo, tendo que declarar nos autos, sob pena de responsabilidade. Poderá este ser arguido e reconhecido em qualquer fase do processo. Todavia, a suspeição não será declarada ou reconhecida, quando a parte propositadamente injuriar membro do Plenário ou da Comissão de Instrução ou oferecer motivo para criá-la.

Numa leitura da Resolução COFEN nº 252/2001, em seu artigo 17, já se apresentava a condição do impedimento ou suspeição, que já deveria aqueles tempos ser declarada nos autos ou arguida pelas partes, em qualquer fase do processo. Sendo assim, o membro designado para compor a Comissão de Instrução abster-se-á de servir no processo quando figura-se como impedido ou suspeito. Ainda na análise deste artigo, segue em seu parágrafo único os exemplos daqueles considerados impedidos:

a) denunciante ou denunciado;

b) testemunha;

c) parente até 2º grau de uma das partes;

d) Presidente do Conselho;

e) interessado no julgamento da causa, em favor de uma das partes.

- f) subordinado, amigo ou inimigo de qualquer das partes;
- g) motivo íntimo ou de força maior.

Logo se observa que esta lista era muito pobre quando comparado com a nova leitura. Ainda que no diploma antigo fosse exemplificado os impedidos e no atual os suspeitos.

Já CAPÍTULO IV, “DAS PARTES”, importa observar que as partes poderão ser representadas, em qualquer fase do processo por advogado constituído nos autos por meio de procuração.

6.2 DOS PROCEDIMENTOS E DO PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

Finalmente chega a referida norma de enfermagem presente no TÍTULO II, “DOS PROCEDIMENTOS E DO PROCESSO ÉTICO” e no CAPÍTULO I, “DA ADMISSIBILIDADE”, ao definir procedimento ético-disciplinar inicia-se por denúncia ou de ofício, sendo que neste último quando o Presidente do Conselho vier a saber, através de auto de infração, ou por qualquer meio, de fato que tenha característica de infração ética ou disciplinar. Poderá o Presidente do Conselho determinar à fiscalização que proceda a apuração do ocorrido, fixando prazo para emissão de relatório circunstanciado quando o fato não contiver elementos suficientes para a instauração do processo?

A denúncia, conceituada no artigo 21, é o ato pelo qual se atribui a alguém a prática de infração ética ou disciplinar podendo ser apresentada por escrito ou, quando verbal, reduzida a termo por servidor ou Conselheiro. Sendo, contudo, irretratável, salvo na conciliação. A denúncia conterà os seguintes requisitos do artigo 22:

- I - Presidente do Conselho a quem é dirigida;
- II - nome, qualificação e endereço do denunciante;
- III - narração objetiva do fato ou do ato, se possível com indicação de localidade, dia, hora, circunstâncias e nome do autor da infração;
- IV - o nome e endereço de testemunhas, quando houver;
- V - documentos relacionados ao fato, quando houver;
- VI - assinatura do denunciante ou representante legal.

O código anterior já fazia referencia ao mecanismo da denuncia no artigo 10, que já referia que esta seria instaurado mediante denúncia própria, por

representação ou de ofício. E ainda já alertava este código no artigo 11 que a denúncia ou representação seriam irretratáveis, não se admitindo o anonimamente.

Do mesmo modo a Resolução COFEN nº 252/2001, instituía que em se tratando de denúncia, na qual o fato se circunscreva às pessoas do denunciante e do denunciado, sendo ambos profissionais de enfermagem, poderia ser realizada audiência prévia de conciliação, possibilitando o arquivamento mediante a retratação.

Muito relevante é que a atual resolução sustenta que a denúncia permanece irretratável, exceto quando houver conciliação, decorre isto do artigo 23 do novo código.

Disto posto, segue a leitura da Resolução COFEN nº 370/2010 que passa a determinar prazos processuais, os quais não são relevantes para este estudo.

Da leitura deste código, o artigo 27 estabelece as condições de admissibilidade para o provimento da denúncia:

I - ser o denunciado profissional de enfermagem ao tempo do fato que deu origem ao processo;

II - a identificação do denunciado;

III - dos fatos relatados decorrerem indícios de infração ética e/ou disciplinar prevista no Código de Ética, ou de outras normas do Sistema COFEN/COREN;

IV - haver, após a averiguação prévia, elementos suficientes para a instauração do processo ético-disciplinar;

V - não estiver extinta a punibilidade pela prescrição.

Novamente sustenta os dois códigos que a denuncia só terá seguimento se feito por profissional de enfermagem, Na resolução anterior esta estava amparada no artigo 13, §3º, alínea d. Como vemos na transcrição do artigo 13, §3º a seguir, esta praticamente foi mantido no artigo 27 do novo diploma processual:

Artigo 13 (...)

§3º - A denúncia será rejeitada:

a) se for anônima;

b) quando estiver extinta pela prescrição;

c) se dos fatos relatados, não houver indício de infração ética e/ou disciplinar prevista no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem;

d) se o denunciado não for profissional de enfermagem;

e) Se não for possível, após a averiguação prevista no § 2º do artigo 13, o prosseguimento do processo por falta de elementos suficientes para tanto.

De fato, a qualificação e a tempestividades, embora óbvias, são dados essenciais. Não pode um indivíduo ficar peso a suas falhas de forma indefinida. Assim como a obtenção de elementos mínimos necessários que estabeleçam a autoria e materialidade do fato de forma a obter uma segurança mínima de início da ação, mitigando possível equívocos e falhas que podem prejudicar a vida profissional do indivíduo quando de uma ação iniciada com dados fugazes e pouco sólidos. Quando vimos nos meios de imprensa julgamentos populares de forma aonde profissionais de enfermagem são linchados e depois constatados suas inocência.

Já na Resolução COFEN nº 252/2001, víamos alguns pré-requisitos que perduram ao código atual devido a sua relevância. Devido ao Parágrafo único do artigo 3º já havia a previsão que a requerimento de uma das partes, a Comissão de Instrução poderia determinar que o ato seja realizado em caráter reservado. Ainda o artigo 13, §4º inseria a ideia da averiguação prévia, com a finalidade específica de colher elementos formadores da convicção, para se determinar a instauração do processo ético ou o arquivamento da denúncia. E por fim, o instituto da prescrição, encontrada no artigo 64, o qual afirma ser a pretensão à punibilidade das infrações éticas/disciplinares prescritas no transcurso de 05 (cinco) anos, contados da data da constatação oficial do fato.

Daí a importância deste tema que no capítulo II que segue no código atual, o tema “AVERIGUAÇÃO PRÉVIA” é destrinchado. Posto isso, o artigo 31 define a averiguação prévia como um procedimento sumário, preliminar, sem contraditório e ampla defesa, com a finalidade específica de colher elementos formadores da convicção, para determinar a instauração do processo ético-disciplinar ou o arquivamento da denúncia. Esta poderá ser realizada pelo Relator, por fiscal do Conselho, por um profissional de enfermagem ou por Comissão composta de até 3 (três) membros do quadro de inscritos, que estejam adimplentes com suas obrigações relativas ao Conselho e não respondam a processo ético (artigo 30). Embora não preveja, daí uma falha na norma, este conselhos deve existir antes do ocorrido e não constituído ao tempo da infração em respeito a importância do juiz natural. De fato, mesmo sem esta previsão é o que ocorre no

Conselho Regional do Estado de Sergipe. Desta averiguação prévia poderão ser adotadas as diligências prevista no artigo 32:

I - requisição e juntada de documentos e provas materiais;

II - convocação dos envolvidos ou de testemunha para esclarecimento, que poderá ser escrito ou verbal, reduzido a termo, sem prejuízo do direito à ampla defesa, a ser exercido no momento oportuno;

III - inspeção in loco.

O procedimento em apreço resultará num relatório de averiguação prévia cujo prazo para apresentar é de 30 (trinta) dias a contar de sua solicitação (artigo 33).

Seguimos finalmente para os atos processuais, propriamente ditos e previstos no CAPÍTULO III em estudo, este pouco mudou em relação ao diploma anterior, motivo pelo qual decidimos na fazer comparações.

Inicialmente, conforme artigo 34, caberá ao Presidente do COFEN a iniciativa de autuar com a denúncia ou outro ato inaugural do processo ético-disciplinar. Cabendo a ele determinar a natureza do feito. Comprova-se, conforme confessa o artigo seguinte que o processo terá a forma de autos judiciais, tratando de nítida evolução ao código anterior.

Neste código, por seu turno, sendo facultado às partes, aos advogados, aos fiscais e às testemunhas rubricar as folhas correspondentes aos atos nos quais intervieram. Da mesma forma que é restrito às partes e a seus procuradores, o direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos. A terceiros, sendo facultado desde que demonstrem e justifiquem o interesse jurídico no feito em petição dirigida ao presidente da Comissão de Instrução.

Seguimos pelo assunto da citação, no CAPÍTULO IV, “DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS”, que define este ato como aquele pelo qual se chama o denunciado ao processo para defender-se. Conforme artigo 41, esta citação poderá ser feita por três modos enumerados: por servidor do Conselho, por meio de mandado; por carta registrada com aviso de recebimento pelos Correios; e por edital, quando inacessível, incerto ou não sabido, e esgotados todos os meios de localizar o endereço do denunciado. Sendo que nesta citação deverá constar (artigo 42):

I - o nome do denunciante e do denunciado, nos procedimentos ético-disciplinares iniciados por denúncia;

- II - o nome do denunciado e do Conselho, nos procedimentos ético-disciplinares iniciados de ofício;
- III - endereço residencial do denunciado, quando conhecido;
- IV - endereço do local de trabalho do denunciado, quando não conhecido o residencial;
- V - o fim para que é feita a citação;
- VI - a indicação do prazo em que se deverá apresentar defesa prévia, com advertência dos efeitos da revelia;
- VII - a assinatura do Presidente da Comissão de Instrução;
- VIII- a fotocópia da denúncia, ou do documento que deu origem aos procedimentos ético-disciplinares iniciados de ofício; e
- IX - a fotocópia da Decisão do Plenário pela instauração do processo ético-disciplinar, acompanhada do Parecer do relator ou do condutor do voto vencedor.

Questão controvertida é a citação por edital previsto no artigos 43 a 45. O dilema é a possibilidade do julgamento transcorrer totalmente a revelia sem que seja providenciado alguém para lhe ser defensor na tramitação do processo. Este parece ser uma flagrante ofensa a ampla defesa e ao contraditório. Conforme artigo 44 “O processo ético-disciplinar seguirá sem a presença do denunciado quando, regularmente citado ou intimado para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado”, como na citação por edital presume-se que o réu é sabedor que tem um processo em andamento no qual é polo passivo ao menos este deveria ter alguém dentro do âmbito do processo para lhe representar na defesa de seus direitos. De fato estes enunciados se opõem ao artigo 45, §1º no qual afirma que o prosseguimento do processo seguirá na garantia às partes ao direito de ampla defesa e ao contraditório. Curiosamente tão próximos estes artigos mas distantes da materialização destas garantias.

Por causa disso, só no artigo 72 aparece a figura do defensor dativo que figurará quando o Presidente da Comissão de Instrução nomeará. Isto ocorrerá quando o denunciado, regularmente citado, não apresente defesa no prazo legal, declarado revel nos autos e não tendo defensor constituído. A figura do defensor dativo recairá a um profissional de enfermagem de categoria igual ou superior ao denunciado, desde que não exerça a função de Conselheiro do Sistema ou um advogado que não seja Procurador do Sistema COFEN/COREN. Contudo o

denunciado revel poderá intervir em qualquer fase do processo, sendo lhe defeso devolver os prazos vencidos.

Observado que esta figura processual do defensor não estava presente de forma ampla na Resolução COFEN nº 252/2001, qual fazia menção em seu artigo 4º que as partes poderão ser representadas por seu advogado em qualquer fase do processo, desde que devidamente habilitado. Disto, se apreende que a defesa ou acusação poderiam se figurar por meio de um advogado constituído pela parte. Hoje com o advento do artigo 72 descrito anteriormente, esta defesa fica a cargo do profissional da própria enfermagem. Apreende-se com isso duas possibilidades, se por um lado, sendo a defesa realizada por outro profissional de enfermagem, sua sustentação técnica do ocorrido seria com maior propriedade. Por outro lado, a defesa por advogado permitiria maiores questões processuais e confronto com outras normas do direito, como a própria Constituição Federal que poderia ser arguida em inconstitucionalidade ou ilegalidade. Disto posto, acredita-se que os dois profissionais juntos na audiência seria a opção mais salutar, mas que parece pouco sustentável na prática.

Ainda é relevante mencionar que ao tratar da figura do defensor dativo, não fica claro aonde este será deslocado e como se dará sua remuneração e outras interrogações que seguramente careceria de melhor regulamentação.

Segue o código pela intimação, cuja previsão encontra albergue nos artigos 46 e 47, onde é o meio para dar conhecimento as partes, testemunhas e interessados, sobre as ocorrências no processo.

As notificações, outro instrumento processual, serão utilizadas para comunicar às partes e seus defensores, legalmente constituídos ou nomeados, Conselheiros relatores, membros da Comissão de Instrução e fiscais do Conselho, das nomeações, determinações e despachos, para que possam praticar certos atos no curso da ação. Previsão dos artigos 48 e 49.

A SEÇÃO IV trata da carta precatória e CAPÍTULO V dos prazos, que neste caso não tem relevância para este estudo. Em contrapartida, o CAPÍTULO VI, “DA COMISSÃO DE INSTRUÇÃO”, apresenta fundamental importância a este estudo visto que, como bem define o artigo 64, a Comissão de Instrução tem por finalidade organizar e instruir o processo ético-disciplinar, com o objetivo de apurar os fatos descritos na decisão de admissibilidade e instauração do processo. Por conseguinte esta Comissão realizará todos os atos necessários à busca da verdade.

Esta Comissão de Instrução será composta de até 3 (três) membros, de categoria igual ou superior à do denunciado, no qual o recrutamento ocorrerá dentre os inscritos no Conselho de Enfermagem. A estes membros escolhidos impõe-se os mecanismos de impedimento ou suspeição, o qual será declarado nos autos ou arguido pelas partes em qualquer fase do processo. A esta Comissão cabe as ações prevista nos incisos previstos do artigo 65:

I - ouvir as partes e as testemunhas, em audiência previamente marcada;

II - determinar a oitiva das pessoas que estejam envolvidas ou tenham conhecimento dos fatos, independentemente daquelas arroladas pelas partes;

III - colher todas as provas necessárias para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

IV - proceder ao reconhecimento de pessoas e coisas, bem como à acareação, quando necessário;

V - solicitar perícias e demais procedimentos ou diligências considerados necessários à perfeita instrução do processo e à busca da verdade real dos fatos;

VI - verificar os antecedentes profissionais do denunciado; e

VII - ultimar a instrução do processo ético-disciplinar, elaborar relatório conclusivo de seus trabalhos e encaminhá-lo ao Presidente do Conselho.

Seguimos ao CAPÍTULO VII, “DA INSTRUÇÃO”, onde em seu artigo 71 é estabelecido às características da defesa prévia. Nela o denunciado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, desde as alegações referentes as razões de fato e de direito. Deve ser oportuno neste momento oferecer documentos e justificações, além de traçar as provas pretendidas e qualificar as até três testemunhas que serão arroladas.

O Presidente da Comissão de Instrução ao receber a defesa prévia, conforme o caso, determinará as diligências que julgue pertinentes, ao passo que designará dia, hora e local para ouvir as partes e as testemunhas.

Ocorre que durante a audiência de instrução proceder-se-á a tomada de declarações do ofendido, em seguida a inquirição das testemunhas arroladas pelas partes. Estas testemunhas prestarão suas falas na ordem das de acusação e seguido pela defesa. A bem da ordem serão esclarecimentos das diligências, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, por fim o interrogatório do denunciado. Na vigência de documentos novos será concedido as partes o prazo de 3 (três) dias, após intimação, para impugnação.

Encerrada a instrução processual, o Presidente da Comissão determinará a intimação das partes para apresentação das alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias. E concluído o procedimento, a Comissão de Instrução elaborará relatório dos trabalhos realizados, contendo a narrativa objetiva dos fatos apurados, os apontamentos das provas testemunhais e materiais colhidas, emitindo conclusão fundamentada sobre a caracterização da infração ético-disciplinar.

Após a entrega do relatório, o Presidente do Conselho dará prosseguimento a extração de cópias ou o envio de cópia digital aos membros do Plenário. Estas cópias seguirão os seguintes itens: parecer inicial, defesa prévia, laudos periciais, alegações finais, relatório final.

Segue-se com os artigos atinentes as testemunhas que pouco se prestam para este estudo. Já na SEÇÃO II, “DO INTERROGATÓRIO DO DENUNCIADO”, aí sim nosso ponto auge desta avaliação. Aqui, o denunciado, regularmente intimado para audiência de inquirição, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor. Conforme o artigo 97 que segue, este denunciado, ciente do teor da acusação e informado pelo Presidente da Comissão do seu direito de permanecer calado. Adverte o parágrafo único deste artigo que o silêncio, ainda que não importe na ideia de confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento da Comissão de Instrução.

Curiosa observação é extraída do parágrafo único deste artigo, como pode ser advertido o direito constitucional de não produzir provas contra se mesmo e ao passo que este silêncio pode ser alegado em matéria de convencimento da Comissão?

Adverte o artigo 98 que havendo mais de um denunciado, procederá seus interrogados separadamente. O referido interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do denunciado e sobre os fatos. Após este, o Presidente da Comissão indagará das partes se restou algum fato a ser esclarecido. Importante que se o denunciado confessar a autoria, lhe será perguntado sobre os motivos, as circunstâncias do fato e o concurso de pessoas para a prática delitiva.

A acareação é admitida nesse código quando das divergências dos depoentes em virtude de suas declarações a respeito dos fatos ou das circunstâncias.

Segue em referencia a prova documental na SEÇÃO IV, que aqui pouco se presta a este estudo.

Em seguimento, na SEÇÃO V, “DA PROVA PERICIAL”, consistindo no exame, vistoria ou avaliação (artigo 107), sendo que não será realizada quando a prova do fato não depender de conhecimento especial, for desnecessária pelas outras provas produzidas e de impossível realização. Mas faz menção no artigo 108 que a perícia será realizada nos termos indicados pela Comissão de Instrução e subsidiariamente o Código de Processo Penal, em tese o vigente ao tempo desta norma. Cabendo, portanto as despesas com a perícia a parte que alegar.

6.3 DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

No seguimento, o TÍTULO III trata “DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA” em seu CAPÍTULO I, “DO JULGAMENTO”, recebido o processo da Comissão de Instrução, o Presidente do Conselho designará um Conselheiro Relator para a emissão de parecer conclusivo no prazo de 5 (cinco) dias. E este terá prazo de 20 (vinte) dias para emitir o parecer conclusivo ao Presidente do Conselho.

Conforme artigo 112, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de recebimento do processo, o Relator poderá devolver à Comissão de Instrução seu parecer especificando as diligências que julgar necessárias e com prazo para seu cumprimento.

Com o parecer do Conselheiro Relator, o Presidente do Conselho determinará a inclusão do processo na pauta da primeira sessão plenária subsequente. Em vista disso, determina a prévia notificação / intimação das partes e de seus procuradores para o julgamento.

No artigo 115, aberta a sessão e iniciado o julgamento, o Conselheiro Relator apresentará o seu parecer, sem contudo emitir voto. Após isso, cada parte ou seu procurador poderá produzir sustentação oral por 10 (dez) minutos.

No CAPÍTULO II, “DA DECISÃO”, a deliberação do Plenário será iniciado após a apresentação do parecer e voto do Conselheiro Relator. Em seguida, o Presidente do Conselho franqueará a palavra aos demais Conselheiros para que emitam seus votos e a Presidente caberá apenas o voto de desempate. Se resultante de condenação, o Plenário fixará a pena.

Caso resulte em pena de cassação, o julgamento será suspenso e os autos remetidos ao Conselho Federal para julgamento. Discordar da pena máxima proposta pelo Conselho Regional, o Conselho Federal devolverá os autos a

Regional de origem, para aplicação de outra penalidade. Concordando com esta, proferirá decisão, sob a forma de acórdão, a ser redigido pelo Conselheiro Relator ou Conselheiro condutor do voto vencedor, que o assinará juntamente com o Presidente. Observa-se que na aplicação da pena de cassação, o Conselho Federal delimitará o período de seu cumprimento, com o objetivo da reabilitação.

6.4 DAS NULIDADES E ANULABILIDADES

Durante todo este procedimento, entende a norma da enfermagem que este transcurso pode ser contaminado por alguma irregularidade. Este estranhamento ao curso normal do processo está previsto no TÍTULO IV, “DAS NULIDADES E ANULABILIDADES”, que no código atual está previsto no artigo 125 quando diz que poderá os atos praticados quando ensejados de irregularidades serem considerados nulos ou anuláveis. Sendo assim, os atos nulos são insanáveis, independente da arguição das partes. Já os atos anuláveis deverão ser arguidos pelas partes e poderão ser sanados. A nulidade ocorrerá quando inexistir o ato de instauração do processo, por falta de citação do denunciado, por falta de designação de defensor dativo, por supressão de quaisquer das fases de defesa, por impedimento declarado de qualquer dos membros do Plenário ou da Comissão de Instrução e por inexistência de fundamentação da decisão. Cabe precisar que o artigo 127 estabelece como casos de anulabilidade a falta de intimação das testemunhas arroladas pelas partes, suspeição declarada de qualquer dos membros do Plenário ou da Comissão de Instrução, pela incompetência do Conselho e por fim com a falta de cumprimento das formalidades legais prescritas no presente Código. Observa-se uma grande similaridade com o código antecessor:

Artigo 31 - A nulidade ocorrerá nos seguintes casos:

- I. quando inexistir o ato de instauração;
- II. por falta de citação do denunciado;
- III. por falta de designação de defensor dativo;
- IV. por supressão de quaisquer das fases de defesa.

Artigo 32 - A anulabilidade ocorrerá nos seguintes casos:

- I. por impedimento declarado contra qualquer dos membros da Comissão de Instrução;
- II. por falta de intimação das testemunhas arroladas pelas partes.

Em comparação aos dois diplomas, o antigo teve o inciso I do artigo 32 transportado para as nulidades e acrescido mais um inciso sobre “por inexistência de fundamentação da decisão”. Por fim as condições de anulabilidade foram completamente reformuladas, como já declarado no parágrafo anterior.

Ainda na análise do novo código, segundo a máxima "*pas de nullité sans grief*", previsto no artigo 129, é sabido que nenhum ato será anulado se não resultou em prejuízo para as partes ou não houver influído na apuração da verdade ou na decisão da causa. Há que considerar também que anulabilidade resulta em prejuízo quando não for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato. Por óbvio que nenhuma das partes que tenha dado causa, ou para a qual tenha concorrido, não poderá arguir nulidade afinal somente à parte contrária interessa.

6.5 DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Profere o artigo 133 que da decisão oriunda do Conselho Regional caberá recurso ao Conselho Federal no qual terá efeito suspensivo e prazo para interposição de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão pelas partes. É a previsão que segue do TÍTULO V, “DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA”, CAPÍTULO I, “DOS RECURSOS”.

Nesse tema, as mudanças entre o código de 2001 e o de 2010 se restringiram a mudanças de prazo, mas sem mudanças substanciais. Disto, o novo código refere que as decisões do Plenário do Conselho Federal, nas hipóteses que constituem o sistema de apuração e decisão das infrações ético-disciplinares, como órgão de julgamento em primeira instância:

1. O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem, quando se tratar de Conselheiro e Suplente, Federal ou Regional, na forma do artigo 6º;
2. O Plenário do Conselho Federal, no impedimento e/ou suspeição da maioria absoluta dos Conselheiros efetivos e suplentes do Conselho Regional;
3. O Plenário do Conselho Federal, nos processos em que o Plenário do Conselho Regional indicar a pena de cassação.

Para estes caberá recurso para a Assembleia Geral dos Delegados Regionais, no prazo de 15 (quinze) dias.

6.6 DA EXECUÇÃO DA PENA

Seguramente após transitar pelos recursos, e estando este superado, serão os autos devolvidos à instância de origem do processo, para a execução do decidido.

Esta execução das penalidades impostas se processará na forma estabelecida nas decisões ou acórdãos, sendo registradas no prontuário do profissional de enfermagem infrator. Adverte o texto processual que as penas aplicadas se estendem a todas as inscrições do profissional, será dado conhecimento à instituição empregadora do infrator e no caso de cassação do exercício profissional, ocorrerá a publicação dos editais e das comunicações endereçadas às autoridades interessadas no assunto, será apreendida a carteira profissional do infrator, decorrendo o cancelamento do respectivo registro no Conselho.

6.7 DA REVISÃO DA PENA

Curioso é o advento do TÍTULO VII, “DA REVISÃO DA PENA”, no qual é possível ao punido e em caso de seu falecimento, aos seus herdeiros, apresentar pedido de revisão da pena. Ocorre que esta previsão legal não implica em prazo, advindo após a publicação do acórdão, ou findo o recurso. Segue para tanto as hipóteses do artigo 147:

I - forem apuradas provas idôneas da inocência do punido ou de circunstâncias que possam atenuar a pena, ou desclassificar o fato configurador da infração, de modo a alterar a penalidade;

II - a decisão condenatória estiver fundada em prova testemunhal ou pericial cuja falsidade ficar comprovada;

III - ficar evidenciado que o processo se desenvolveu eivado de nulidade.

Neste instituto terá início por petição à Presidência do Conselho Regional, com as provas documentais comprobatórias dos fatos arguidos. Da decisão revisional poderá resultar na redução ou extinção da pena, sendo vedado o Reformatio in Pejus. Alerta o código que a Revisão tem somente seu recebimento no efeito devolutivo. Decorre que a revisão será processada em apenso aos autos originais do processo ou das fotocópias dos autos originais.

6.8 DA REABILITAÇÃO

Ao transcorrer nesta análise o TÍTULO VIII, “DA REABILITAÇÃO”, cujos efeitos da reabilitação consistem em retirar do prontuário do profissional qualquer apontamento referente à condenação e, no caso de cassação, a outorga de nova inscrição. Disto posto, prevê no artigo 152 que após 2 (dois) anos do cumprimento da pena aplicada sem que houvesse qualquer outra penalidade ético-disciplinar e nem esteja respondendo a processo administrativo ou criminal. Logo, mediante o transcurso do bom comportamento, é permitido ao profissional requerer a reabilitação profissional. Todavia, a reabilitação, se decorrente de fato imputado como crime, seguirá os trâmites da reabilitação penal. Esta reabilitação traz como obrigação a reparação cível ou demonstração de absoluta impossibilidade de fazê-lo, também a declaração de renúncia da vítima. Na ordem prática, o pedido de reabilitação deverá ser formulado diretamente ao Conselho que executou a pena, cabendo recurso ao Conselho Federal.

6.9 DA PRESCRIÇÃO

Dado de extrema relevância é o incluso no TÍTULO IX, “DA PRESCRIÇÃO”, previsto no artigo 156 que delimita a pretensão à punibilidade das infrações ético-disciplinares prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de ocorrência do fato. Neste mesmo sentido, aplica-se a prescrição a todo processo ético-disciplinar paralisado por mais de 3 (três) anos, pendente de despacho ou julgamento, devendo ser arquivado, de ofício ou a requerimento da parte interessada, sem prejuízo de serem apuradas as responsabilidades pela paralisação. A prescrição interrompe-se pela instauração de processo ético-disciplinar, ou pela notificação válida feita ao denunciado, inclusive por meio de editais. Logo, interrompida a prescrição, todo o prazo começa a contar novamente do dia dessa interrupção.

7 CONCLUSÃO

Em última análise, fica clara a profunda evolução da Resolução COFEN nº 370/2010 em comparação ao seu antecessor Resolução COFEN nº 252/2001. Esta evolução é considerada se comparando com os princípios do biodireito e da bioética.

A bioética ainda como uma nova disciplina de fundamental em todas as ocorrências das ciências biológicas para melhorar a qualidade de vida do ser humano. É este paradigma no que diz respeito à dignidade da pessoa humana, princípio fundamental do estado democrático de direito (Constituição Federal, artigo 1º, III) e do mesmo modo para o ordenamento jurídico geral e neste trabalho para a enfermagem. Estas duas ciências, bioética e biodireito, são itens basilares que para tanto devem estar unidas com todas as atividades humanas. Estas ciências devem nortear as ciências biológicas, prevenindo injustiças contra a pessoa humana. Neste estudo, serão princípios norteadores da conduta do profissional de enfermagem e do processo a que este deve se submeter.

Logo assim, segundo o princípio da justiça, a este código da enfermagem deve ser aplicado de forma igualitária para todos os seus membros, não devendo existir distinção em função dentre as categorias deste grupo de profissionais.

Dada a importância do tema no processo evolutivo das ciências jurídicas e das ciências biológicas, ou de toda ação humana para com o próprio homem. De fato, as novas regras são mais claras e melhor sistematizadas. Ainda mais adequado à dinâmica, diversidade e relevância deste grupo de profissionais de enfermagem.

É próprio da natureza humana ser factível a toda sorte de fraquezas, ainda lembrando que atos culposos e erros oriundo das falhas da estrutura organizacional das empresas em que este profissional executa seu labor. Disto posto, a ação que resulta em má prática, decorre na falta ética ou como advoga aquela autora, a denominada mala práxis, revela uma expressão da maldade. Assim esta má prática ora decorrente da intenção deliberada de fazer mal ao paciente, motivo plausível para uma demanda ético disciplinar, também pode ser decorrente do erro ou que situações alheias a vontade do demandado. É o que se diz do que é imprevisível, decorrente de caso fortuito ou de força maior. É unânime que resultados incontrolláveis que podem surgir resultante de uma situação inexorável e

grave, nada mais corriqueiro na vida profissional de enfermagem diante do curso da evolução patológica desfavorável o qual não teria este profissional de meios para impedir o desencadear desses fatos.

Ainda que existam circunstâncias que fujam ao controle da enfermagem de forma inexorável, há que se ter em mente que certos cuidados de ordem técnica como aqueles decorrentes do gerenciamento de riscos previsíveis e controláveis atinentes a atividade desempenhada, o qual podem e devem ser quando não eliminados, ao menos atenuados. Assim, enquanto o acidente previsível e o resultado incontrolável não teriam o condão de impor a responsabilidade civil, visto que não existe nexo de causalidade entre a ação do profissional de saúde e o dano sofrido pelo usuário do serviço. Observa-se que esta responsabilidade, desde que oriundo de culpa (imprudência, negligência ou imperícia) no que tange ao erro do profissional de saúde atinge qualquer uma de suas categorias, sejam os enfermeiros, auxiliares, técnicas e parteiras.

Se este profissional administra um medicamento que durante ato leva o paciente a apresentar mal-estar ao paciente e ainda assim não o suspende, insistindo em administrar a medicação causando lesão ao paciente, acaba por agir culposamente, sendo por esta conduta responsabilizada em atendimento ao artigo 951 do Código Civil.

Embora também tenham ocorrido pequenas alterações no âmbito dos prazos processuais, é sem sombra de dúvida do detalhamento das etapas processuais e nas condições de admissibilidade que se encontra o maior valor do novo código. Assim sendo, as condições admissibilidade se tornaram mais rigorosas, não permitindo denúncias vazias e com sustentação de defesa com maior propriedade técnica.

As condições de nulidade e anulabilidade representam uma grande evolução e que profere maior segurança no julgamento dos enfermeiros. Este além de melhor exemplificados, ainda sustentadas o princípio da celeridade e do aproveitamento dos atos não contaminados.

Contudo, nem só de flores vive o novo diploma, melhor clareza nos recursos e agora, não mais obrigatório a presença do advogado na defesa do réu revêu, se tornam grandes problemas a se resolver.

No somatório entre os pontos positivos e negativos, é evidente que os primeiros de longe superam os segundo, no que se determina que a presente

Resolução COFEN nº 370/2010 é de fato um instrumento muito adequado para o processo dos desvios éticos dos enfermeiros e por conseguinte uma grande segurança para toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

BELLATO, Rosenev; PEREIRA, Wilza Rocha. **O gerenciamento em enfermagem frente a pauperização das condições materiais de trabalho**. Rev. brasileira enfermagem, Ago 2004, vol.57, nº 4.

_____. Direitos e vulnerabilidade: noções a serem exploradas para uma nova abordagem ética na enfermagem. **Texto contexto – enfermagem**. Florianópolis, v.14 nº 1 Jan./Mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072005000100002&lang=pt>. Acesso em: 10 de abril de 2012, 15:10:04.

BORGES, Ivo Aguiar Lopes. **Consulta de enfermagem, prescrição de medicamentos e solicitação de exames no âmbito da estratégia Saúde da Família. Amálise da defesa das prerrogativas dos enfermeiros**. Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2552, 27 jun. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/15057>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

CHAVES, Patrícia Lemos; COSTA, Veridiana Tavares; LUNARDI, Valéria Lerch. **A enfermagem frente aos direitos de pacientes hospitalizados**. Texto contexto - enfermagem, Mar 2005, vol.14, nº 1.

CHIARINI JÚNIOR, Enéas Castilho. **Noções introdutórias sobre biodireito**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 424, 4 set. 2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/5664>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FREITAS, Genival Fernandes de; OGUISSO, Taka. **Ocorrências éticas na enfermagem**. Rev. Brasileira de enfermagem, Dez 2003, vol.56, nº 6.

FREITAS, Genival Fernandes de; OGUISSO, Taka; MERIGHI, Miriam Aparecida Barbosa. **Ethical events in nursing: daily activities of nurse managers and nursing ethics committee members**. Rev. Latino-Americana de Enfermagem, Aug 2006, vol.14, nº 4.

FREITAS, Genival Fernandes de; OGUISSO, Taka. **Ocorrências éticas com profissionais de enfermagem: um estudo quantitativo**. Rev. esc. Enfermagem, USP, Mar 2008, vol.42, nº 1.

FERNANDES, Josicélia Dumêt et al. **Dimensão ética do fazer cotidiano no processo de formação do enfermeiro**. Rev. esc. Enfermagem, USP, Jun 2008, vol.42, nº 2.

GONZÁLEZ-ORTEGA, Yariela. **Instrumento Cuidado de comportamiento profesional: validez y confiabilidad**. Aquichán, Oct 2008, vol.8, nº 2.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. spe, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=en&nrm=iso>. acessos em 19 Nov. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>.

LUNARDI, Valéria Lerch et al. **Sufrimento moral e a dimensão ética no trabalho da enfermagem**. Rev. Brasileira de enfermagem, Ago 2009, vol.62, nº 4.

MENDES, Isabel Amélia Costa; TREVIZAN, Maria Auxiliadora; LOURENÇO, Maria Regina. **La gerencia aclarada en el trabajo del enfermero**. Rev. Latino-Americana de Enfermagem, Oct 2002, vol.10, nº 5.

MONDIELLI, Eric. Noções de bioética e do direito da biomedicina na experiência francesa. **Rev. Direito Sanit.**, São Paulo, v. 11, n. 2, out. 2010. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-41792010000300004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 nov. 2012.

PUPULIM, Jussara Simone Lenzi. O cuidado de enfermagem e a invasão da privacidade do doente: uma questão ético-moral. **Revista latino-americana de enfermagem**. Ribeirão, v.10, nº 3, Preto May/June 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692002000300018&lang=pt>. Acesso em: 10 de abril de 2012, 11:10:14.

SGRECCIA, Elio. **Manual de bioética: fundamentos e ética biomédica**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2009, v. 1.

SOUZA, Maria de Lourdes de; SARTOR, Vicente Volnei de Bona; PRADO, Marta Lenise do. **Subsídios para uma ética da responsabilidade em enfermagem**. Texto contexto - enfermagem., Março 2005, vol.14, nº 1.

WENDHAUSEN, Águeda Lenita Pereira; RIVERA, Soledad. O cuidado de si como princípio ético do trabalho em enfermagem. **Texto contexto – enfermagem**.

Florianópolis, v.14 n^o 1, Jan./Mar. 2005. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072005000100015&lang=pt>. Acesso em: 10 de abril de 2012, 12:13:44.

ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. **Nurses and primary care service users:** bioethics contribution to modify this professional relation. Acta paulista de enfermagem, Sept. 2007, vol. 20, n^o 3.

ANEXOS

ANEXO I
RESOLUÇÃO COFEN Nº 252/2001

CÓDIGO DE PROCESSO ÉTICO DAS AUTARQUIAS PROFISSIONAIS DE
ENFERMAGEM

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º. O presente Código de Processo Ético contém, sistematizado, o conjunto de normas que regem a aplicação, em todo o território nacional, pelos Conselhos de Enfermagem, do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

Art.2º. Constituem o sistema de apuração e decisão das infrações éticas:

I. Como órgão de admissibilidade, o Plenário do respectivo Conselho, no âmbito de sua competência.

II. Como órgão de apuração, as Comissões de Instrução, criadas em cada Conselho.

III. Como órgãos de decisão em 1ª instância:

a) o Plenário dos Conselhos Regionais de Enfermagem (CORENs);

b) o Plenário do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), nas infrações cometidas por seus

Conselheiros ou Suplentes, inclusive, nas infrações cometidas pelos Conselheiros Regionais e seus suplentes.

c) o Plenário do COFEN no impedimento das Plenárias dos CORENs.

IV. Como órgão de decisão, em segunda e última instância, a Plenária do COFEN, relativamente, aos recursos das decisões dos CORENs.

TÍTULO II
DOS ATOS E TERMOS ÉTICO-PROCESSUAIS

Art.3º. Os atos processuais terão caráter público, realizando-se, de preferência na sede dos Conselhos e em dias úteis.

Parágrafo único - A Comissão de Instrução, a requerimento de uma das partes, poderá determinar que o ato seja realizado em caráter reservado.

Art.4º. As partes poderão ser representadas por advogado, devidamente habilitado, em qualquer fase do processo.

Art.5º. Os atos que devam ser praticados fora da área jurisdicionada pelo COREN onde se processa o julgamento, serão requisitados ao Presidente do outro estado, por carta precatória, expedida pelo Presidente da Comissão de Instrução e encaminhada por ofício do Presidente do Conselho Processante.

§1º. A carta precatória será expedida mediante registro postal ou outro meio eficaz, devendo ser instruída com a documentação necessária para o seu cumprimento.

§2º. A testemunha residente no interior do Estado poderá ser ouvida em seu domicílio, ou outro local previamente indicado, devendo seu depoimento ser tomado por pessoa designada pelo Presidente do Conselho, mediante Portaria, acompanhada dos documentos necessários para o ato.

Art.6º. O COREN que receber a carta precatória deverá cumpri-la no prazo máximo de 30 dias.

Art.7º. Os termos processuais conterão somente o indispensável à realização de sua finalidade, não sendo admissíveis espaços em branco, entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas, nem se permitirão abreviaturas; ademais, serão escritos por extenso os números e datas, bem como numeradas e rubricadas suas folhas.

Parágrafo único. Os termos de juntada e outros semelhantes, relativos ao andamento do processo, serão lançados em notas simples, com a data e a assinatura do Secretário da Comissão de Instrução.

Art.8º. As partes poderão requerer certidão de ato ou termo do processo, através de petição dirigida ao Presidente do Conselho.

TÍTULO III

DO PROCESSO ÉTICO PROFISSIONAL CAPÍTULO I DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Art.9º. O processo terá a forma de autos judiciais, com as peças anexadas por termo, e os despachos, pareceres e decisões exaradas em ordem cronológicas e numéricas.

Art.10. O processo será instaurado mediante denúncia, representação ou "de ofício".

§1º. A denúncia é o ato pelo qual se atribui a alguém a prática de infração ética ou disciplinar.

§2º. A representação é a denúncia feita por pessoa jurídica.

§3º. Entende-se por "de ofício" quando o Presidente do Conselho venha, a saber, por qualquer meio, de fato que tenha característica de infração ética ou disciplinar.

§4º. Para subsidiar a decisão do Presidente do Conselho, este poderá determinar prévia averiguação, nos termos do art. 14 deste Código.

§5º. O fato com característica de infração ética ou disciplinar praticado por Conselheiro, será processado nos termos do caput do art. 13 deste Código.

Art.11. A denúncia ou representação são irretroatáveis, não se admitindo, que sejam tomadas anonimamente.

Parágrafo Único - Em se tratando de denúncia, na qual o fato se circunscreva às pessoas do denunciante e do denunciado, sendo ambos profissionais de enfermagem, poderá ser realizada audiência prévia de conciliação, possibilitando o arquivamento mediante a retratação.

Art.12. A denúncia será apresentada por escrito ou, quando verbal, reduzida a termo por servidor ou Conselheiro, indicando os seguintes elementos:

- I. o Presidente do Conselho a quem é dirigida;
- II. o nome e a qualificação (filiação, profissão e residência) do denunciante ou representante, nos termos do art. 10, § 1º e 2º;
- III. narração objetiva do fato ou ato, se possível com indicação de localidade, dia, hora e circunstâncias, tudo exposto com clareza, precisão e ainda, quem as cometeu;
- IV. nome e qualificação das testemunhas, no máximo de três, quando houver;
- V. documentos que a instrua, quando for o caso;
- VI. assinatura do denunciante, representante ou seu procurador devidamente constituído.

Art.13. Apresentada a denúncia ou representação, o Presidente do Conselho designará, num prazo de 5 (cinco) dias úteis, Conselheiro Relator para emitir, em igual prazo, parecer conclusivo se o fato tem característica de infração ética ou disciplinar, bem como, se preenche as condições de admissibilidade, o qual será submetido à deliberação do Plenário na sua primeira reunião subsequente.

§1º. Formado o processo "de ofício", o Presidente do Conselho, no mesmo ato, designará relator para a tomada das providências previstas no caput deste artigo.

§2º. Para subsidiar a decisão do Relator e do Plenário, o Presidente do Conselho, por solicitação do Relator, deverá designar prévia averiguação, interrompendo-se o prazo previsto no "caput" deste artigo.

§3º. A denúncia será rejeitada:

- a) se for anônima;
- b) quando estiver extinta pela prescrição;
- c) se dos fatos relatados, não houver indício de infração ética e/ou disciplinar prevista no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem;
- d) se o denunciado não for profissional de enfermagem;
- e) Se não for possível, após a averiguação prevista no parágrafo 2º do artigo 13, o prosseguimento do processo por falta de elementos suficientes para tanto.

§4º. Em caso de necessidade, poderá o Conselheiro, ou pessoa designada, realizar uma averiguação prévia, com a finalidade específica de colher elementos formadores da convicção, para se determinar a instauração do processo ético ou o arquivamento da denúncia, podendo convocar os envolvidos para prestarem esclarecimentos, sem prejuízo do direito à ampla defesa, a ser exercido no momento oportuno.

Art.14. A averiguação, quando ocorrer, será feita por um profissional ou por Comissão composta de até 3 (três) membros do quadro de inscritos, que terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar relatório, passível de uma única renovação, por igual período.

Art.15. Deferida a instauração do processo ético, o Presidente designará Comissão de Instrução por Portaria, para apuração.

CAPÍTULO II

DA COMISSÃO DE INSTRUÇÃO

Art.16. A Comissão de Instrução tem por finalidade organizar e instruir o processo ético, sendo composta de Presidente, Secretário e Vogal, escolhidos dentre os inscritos no Conselho.

Art.17. O membro designado para compor a Comissão de Instrução abster-se-á de servir no processo quando houver impedimento ou suspeição, que declarará nos autos ou poderá ser argüida pelas partes, em qualquer fase do processo.

Parágrafo Único - São considerados impedidos:

- a) denunciante ou denunciado;
- b) testemunha;
- c) parente até 2º grau de uma das partes;
- d) Presidente do Conselho;
- e) interessado no julgamento da causa, em favor de uma das partes.
- f) subordinado, amigo ou inimigo de qualquer das partes;
- g) motivo íntimo ou de força maior.

Art.18. Procedente o impedimento de membro da Comissão de Instrução, será pelo Presidente do Conselho, providenciada sua substituição no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

Art.19. Compete à Comissão de Instrução:

- I. ouvir as partes e as testemunhas, procedendo à citação e notificações necessárias;
- II. colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;
- III. proceder ao reconhecimento de pessoas e coisas, bem como a acareação, quando necessária;
- IV. determinar perícias e demais procedimentos ou diligências considerados necessários à perfeita instrução do processo;
- V. averiguar os antecedentes profissionais do denunciado;
- VI. ultimar a instrução do processo ético, elaborar relatório de seus trabalhos e encaminhá-lo ao Presidente.

Art.20. Incumbe ao Presidente da Comissão de Instrução:

- I. Convocar e presidir as reuniões, citar o denunciado e notificar as partes e testemunhas, tomar depoimentos, determinar perícias e outras provas ou diligências necessárias;
- II. estar presente aos atos da Comissão, assinar termos, relatórios e documentos por ela elaborados;
- III. elaborar, juntamente com os demais membros, o relatório final;
- IV. solicitar, se for o caso, prorrogação de prazos para realização dos trabalhos e diligências.

Parágrafo único - Poderá solicitar assessoramento ao Presidente do Conselho, sempre que julgar necessário, por escrito, nos autos.

Art.21. Ao Secretário da Comissão de Instrução incumbe:

- I. secretariar as reuniões e substituir o Presidente, na ausência dele;
 - II. redigir as atas e os termos de depoimentos, inquirições, acareações ou de qualquer outra atividade da Comissão;
 - III. organizar o processo colocando em ordem cronológica de juntada os documentos que o constituem, numerando-os e rubricando-os devidamente;
 - IV. providenciar a elaboração e expedição de intimações, notificações, requerimentos, ofícios e demais atos necessários à instrução do processo.
- Art.22. Compete ao Vogal da Comissão de Instrução substituir o Secretário, na ausência deste.

TÍTULO IV

DO PROCEDIMENTO CAPÍTULO I DA INSTRUÇÃO

Art.23. Recebido o processo, o Presidente da Comissão determinará, no prazo de 48 horas, a citação do denunciado, para apresentar no prazo de 10 (dez) dias úteis, defesa prévia, por escrito, com rol de testemunhas, documentos e outras provas que pretenda produzir.

I. A citação será feita por carta registrada, pelo correio, através de Aviso de Recebimento-AR; por servidor do Conselho, através de Mandado ou por edital, com prazo de 10 dias publicado na imprensa oficial ou jornal de grande circulação na sede do Conselho, quando for desconhecido, incerto ou inacessível o endereço das partes, iniciando-se o prazo para defesa prévia a partir da juntada aos autos do documento que comprove a citação.

II. O mandado conterà a qualificação do denunciado, finalidade a que se refere, cópia da representação, denúncia e Portaria que ensejou a instauração do processo, contendo ainda, prazo para apresentação de defesa prévia, com advertência da pena de revelia.

III. Transcorrido o prazo de defesa prévia e a mesma não sendo apresentada, sendo verificado que a citação não foi recebida pelo(s) denunciado(s), deverá a comissão diligenciar nova citação.

§1º. O Edital será publicado uma única vez de forma simplificada, atendendo-se às prescrições do inciso anterior.

§2º. Compete ao denunciado alegar na defesa prévia, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, especificando as provas que pretende produzir.

Art.24. Tendo o denunciado sido validamente citado e, decorrido o prazo estipulado no artigo precedente, nem oferecendo defesa prévia, será declarado revel.

§1º. É assegurado ao denunciado revel o direito a defensor dativo. Este defensor poderá ser profissional de Enfermagem de nível igual ou superior ao denunciado, que não exerça função de conselheiro; bem como advogado especialmente contratado pelo órgão processante.

§2º. O denunciado revel poderá intervir em qualquer fase do processo, não lhe sendo, contudo, devolvido os prazos já vencidos.

Art.25. Recebida a defesa, o Presidente da Comissão designará dia, hora e local para ouvir as partes, e as testemunhas arroladas pelas mesmas e as determinadas pela Comissão.

§1º. As partes e as testemunhas serão intimadas a prestarem depoimentos através de ofício, com aviso de recebimento.

§2º. É vedada vistas fora de secretaria, porém as partes poderão a qualquer tempo, acessar os autos, inclusive obter cópia de peças.

Art.26. Às partes será concedido o prazo de 2 dias úteis, após intimação, para impugnação de documentos novos.

Art.27. As partes e a Comissão de Instrução poderão arrolar até 3 (três) testemunhas cada, podendo o Presidente determinar a acareação entre depoimentos conflitantes.

§1º. Entender-se-á como depoimento as peças de formalização da denúncia e as de defesa.

§2º. A critério do Presidente da Comissão de Instrução, poderá haver arrolamento de quantitativo maior de testemunhas.

Art.28. Encerrada a instrução processual, o Presidente da Comissão notificará as partes para apresentação das alegações finais no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Art.29. A Comissão de Instrução concluirá seus trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento dos autos, prazo esse prorrogável por igual período pelo Presidente do Conselho, mediante solicitação do Presidente da Comissão.

Art.30. Concluídos os trabalhos e entregue o relatório, o Presidente do Conselho determinará a extração de cópias para os membros do Plenário, das seguintes peças, no mínimo: peça de formação do processo, defesa prévia, laudos periciais, alegações finais e o relatório final.

Parágrafo Único. O relatório final da comissão deve ater-se aos fatos, objetos da instrução, contendo a caracterização ou não da infração ética disciplinar, não devendo conter no mesmo indicação de penalidade a ser imposta.

CAPÍTULO II

DAS NULIDADES E ANULABILIDADES

Art.31. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos:

- I. quando inexistir o ato de instauração;
- II. por falta de citação do denunciado;
- III. por falta de designação de defensor dativo;
- IV. por supressão de quaisquer das fases de defesa.

Art.32. A anulabilidade ocorrerá nos seguintes casos:

- I. por impedimento declarado contra qualquer dos membros da Comissão de Instrução;
- II. por falta de intimação das testemunhas arroladas pelas partes.

Art.33. Nenhum ato será anulado se da anulabilidade não resultar prejuízo para as partes.

Parágrafo Único. Ainda que da anulabilidade possa resultar prejuízo, ela somente será pronunciada pelo Presidente da Comissão de Instrução, quando não for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.

Art.34. As anulabilidades deverão ser argüidas até 5 (cinco) dias úteis da data da ciência do ato pela parte interessada.

Art.35. Quando determinado ato for anulável, será considerado válido nos seguintes casos:

- I. se a anulabilidade não for argüida em tempo oportuno, de acordo com o disposto no artigo anterior;
- II. se praticado por forma diversa da determinada por este Código, o ato tiver atingido seu fim.

Art.36. Os atos cuja nulidade tenha sido declarada bem como os anulados, serão renovados e/ou retificados.

TÍTULO V

DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA CAPÍTULO I DAS MEDIDAS PRELIMINARES

Art.37. Recebido o processo da Comissão de instrução, o Presidente do Conselho despachará, designando um Conselheiro Relator, no prazo de cinco (05) dias.

Art.38. O Relator terá o prazo de dez (10) dias úteis para emitir seu parecer, devolvendo-o, juntamente com o processo, após este prazo, ao presidente do conselho.

Art.39. O relator poderá dentro do prazo de três (03) dias, a contar da data de recebimento do processo, devolve-lo à Comissão de Instrução para novas diligências que julgar necessárias, cabendo-lhe ainda na oportunidade, determinar prazo para tal fim.

§1º. Ocorrendo o previsto no caput deste artigo, o período de dez (10) dias de que dispõe o relator para oferecer o seu parecer, será contado da data do novo recebimento do processo.

§2º. O presidente da comissão de Instrução, cumpridas as providências solicitadas, devolverá o processo diretamente ao relator, que dará continuidade à tramitação.

§3º. O Presidente da Comissão de Instrução, poderá solicitar ao relator, novos prazos para cumprimento dessas diligências que lhe forem determinadas.

Art.40. O parecer do Relator deverá constar de uma parte expositiva, em que se relatará sucintamente os fatos, e a indicação sumária das provas colhidas; uma parte conclusiva em que se apreciará o valor da prova obtida, declarando se há transgressão ao código de ética dos profissionais de enfermagem, e em quais artigos do Código de ética está configurada, indicando a penalidade cabível.

Art.41. Recebido o parecer do relator, o Presidente do Conselho determinará a inclusão do processo na pauta para a primeira sessão plenária subsequente, determinando a prévia notificação das partes para o julgamento, com o mínimo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único. A intimação será feita dando-se ciência às partes, que poderão produzir defesa oral.

Art.42. Aberta a sessão e iniciado o julgamento, o relator apresentará o relatório, sem emitir seu voto, podendo a seguir usar da palavra, as partes ou seus procuradores por 10 (dez) minutos cada um.

Art.43. Cumpridas as disposições do artigo anterior, os Conselheiros poderão pedir a palavra para:

I. esclarecer dúvidas acerca dos fatos constantes dos autos, podendo tê-los em mãos para verificação;

II. requerer diligências;

III. ter vistas dos autos até a próxima reunião plenária, na secretaria do COREN.

Parágrafo Único. O requerimento a que alude o inciso II deste artigo somente será deferido com aprovação do Plenário.

Art.44. Deferida a diligência, ficará o julgamento suspenso, fixado pelo Plenário o prazo razoável para o cumprimento da mesma. Parágrafo Único - Será garantida às partes, no prazo máximo de 3 (três) dias, a oportunidade de manifestarem-se sobre as diligências.

Art.45. Cumprida a diligência, o Presidente do COREN mandará incluí-lo na pauta da primeira Reunião Plenária subsequente.

CAPÍTULO II DA DECISÃO

Art.46. O Presidente do Conselho dará a palavra aos Conselheiros para emitirem seus votos.

§1º. O primeiro Conselheiro a usar da palavra será o Relator que emitirá seu voto.

§2º. Caberá ao Presidente do Conselho o voto de desempate.

§3º. Em caso de condenação, decidirá o Plenário a fixação da pena.

§4º. A deliberação do Plenário deverá ser redigida, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, pelo Relator do Processo, sob forma de Decisão, que a assinará conjuntamente com a Presidência.

§5º. As partes serão cientificadas da decisão na forma prescrita no art.23 do presente Código, devendo estar exposto que da decisão proferida em 1ª instância cabe recurso ao COFEN, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da ciência da mesma.

Art.47. Indicada a pena de cassação, o julgamento será suspenso e remetido diretamente ao COFEN.

§1º. Recebido os autos, o presidente do Conselho Federal, designará relator.

§2º. O relator disporá de 10 (dez) dias para elaborar relatório, contados do prazo de recebimento do processo.

Art.48. Na hipótese do COFEN discordar da penalidade máxima proposta pelo COREN, serão os autos devolvidos ao Regional de origem.

Parágrafo único. Concordando o COFEN com a proposta de cassação, proferirá decisão, sob forma de Acórdão a ser redigido pelo Relator, que o assinará conjuntamente com a Presidência.

TÍTULO VI DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

CAPITULO I DOS RECURSOS

Art.49. Da decisão proferida pelo Conselho Regional caberá recurso em 2ª instância para o COFEN, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão, nos termos do art. 46, § 5º. Parágrafo único - O disposto no "caput" deste artigo se aplica, inclusive, para as decisões de arquivamento de denúncias.

Art.50. Recebido o recurso, o Presidente do COREN determinará a notificação da parte contrária, para, em querendo, apresentar contra-razões em 10 (dez) dias úteis, após o que será remetido ao COFEN.

Art.51. Recebido o processo, pela Secretaria do COFEN, o mesmo será encaminhado para despacho à Presidência do COFEN, que designará Relator, o qual terá o prazo de 10 (dez) dias para exarar seu relatório.

Art.52. Ao receber o processo, à Presidência do COFEN designará dia para o julgamento, notificando as partes interessadas, via Aviso de Recebimento e/ou Edital a ser publicado em jornal de grande circulação, no prazo mínimo de 20 (vinte) dias antes do julgamento.

CAPITULO II

DO JULGAMENTO NA INSTÂNCIA SUPERIOR

Art.53. Aberta a sessão de julgamento, o Relator apresentará o relatório, sem emissão de voto, sendo a seguir dada a palavra, sucessivamente, por 10 (dez) minutos, ao recorrente e recorrido.

Parágrafo único. O primeiro Conselheiro a usar da palavra será o Relator que emitirá seu voto.

Art.54. Encerrado o julgamento, o Presidente do Conselho anunciará a decisão.

Parágrafo único. O acórdão será redigido pelo Conselheiro Relator, que o assinará conjuntamente com a Presidência.

Art.55. Se o voto do Relator for vencido, a Presidência do Conselho designará outro Conselheiro, cujo voto for vencedor para redigir o acórdão.

Art.56. Lavrado o Acórdão, após sua publicação, será o processo devolvido ao Conselho de origem para execução da pena e respectiva publicação da decisão, se for o caso.

Parágrafo único. Quando a penalidade imposta for a de cassação, o próprio COFEN fará publicar o Acórdão, ressalvado ao Regional o direito de dar publicidade ao mesmo.

Art.57. No julgamento do recurso o COFEN, independente do pedido das partes, poderá aplicar penalidade diversa daquela decidida pelo COREN, podendo alterar a classificação da infração, aumentar, reduzir a pena ou absolver o denunciado.

TÍTULO VII

DA REVISÃO DA PENA

Art.58. É facultado ao punido, ou em caso de seu falecimento aos seus herdeiros, apresentar pedido de revisão da pena, a qualquer tempo, quando:

- I. forem apuradas provas idôneas da inocência do punido, ou de circunstâncias que possam atenuar a pena ou desclassificar o fato configurador da infração, de modo a alterar a penalidade;
- II. a decisão condenatória, se estiver fundada em prova testemunhal ou pericial, cuja falsidade ficar comprovada;
- III. ficar evidenciado que o processo se desenvolveu eivado de nulidade.

Parágrafo único. No julgamento da revisão serão aplicadas, no que couber, as normas previstas, neste Código.

Art.59. A revisão terá início por petição à Presidência do Conselho, com as provas documentais comprobatórias dos fatos argüidos. Parágrafo único - Não será admitida a renovação do pedido de revisão, salvo se fundamentado em novas provas.

Art.60. A decisão no processo revisional poderá reduzir ou extinguir a pena, sendo vedado o seu agravamento.

§1º. A absolvição implicará no restabelecimento de todos os direitos perdidos em virtude de punição anteriormente aplicada.

§2º. A revisão da pena somente surtirá efeito após o seu trânsito em julgado.

§3º. Qualquer recurso na revisão somente será recebido no efeito devolutivo.

TITULO VIII DA EXECUÇÃO DA PENA

Art.61. Transitada em julgado a decisão, serão os autos devolvidos à instância de origem do processo, para a execução do decidido.

Art.62. As execuções das penalidades impostas pelos Conselhos Regionais e pelo Conselho Federal, processar-se-ão na forma estabelecida pelos respectivos atos, sendo anotadas tais penalidades no prontuário do profissional infrator.

Parágrafo único. No caso de cassação do exercício profissional, além dos editais e das comunicações endereçadas às autoridades interessadas no assunto, serão apreendidas a cédula profissional de identidade e a carteira profissional do infrator, procedendo-se o cancelamento do respectivo registro no diploma ou certificado.

Art.63. Cumpridas todas as decisões do Plenário do Conselho Regional e, eventualmente, do Conselho Federal em grau de recurso, o Presidente do Conselho Regional determinará o arquivamento do processo.

TITULO XIX DA PRESCRIÇÃO

Art.64. A pretensão à punibilidade das infrações éticas/disciplinares prescreve em 05 (cinco) anos, contados da data da constatação oficial do fato.

§1º. Aplica-se a prescrição a todo processo ético/disciplinar paralisado por mais de três anos, pendente de despacho ou julgamento, devendo ser arquivado de ofício ou a requerimento da parte interessada, sem prejuízo de serem apuradas as responsabilidades pela paralisação.

§2º. A prescrição interrompe-se pela instauração de processo ético/disciplinar ou pela notificação válida feita ao denunciado, inclusive por meio de editais.

§3º. Interrompida a prescrição, todo o prazo começa a correr, novamente, do dia dessa interrupção.

TÍTULO XX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.65. Em qualquer fase do processo poderá ser solicitada a manifestação da Assessoria Jurídica do Conselho, através da Presidencia.

Art.66. As disposições do presente código estendem-se aos exercentes de Enfermagem independente de sua situação inscricional no COREN.

Art.67. As questões omissas neste código deverão ser supridas utilizando-se subsidiariamente os dispositivos previstos no Código de Processo Penal, no que lhe for aplicáveis

ANEXO II
RESOLUÇÃO COFEN Nº 370/2010

CÓDIGO DE PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR DOS CONSELHOS DE
ENFERMAGEM

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º. O presente Código de Processo Ético-Disciplinar contém, sistematizado, o conjunto de normas que regem a aplicação em todo o território nacional pelos Conselhos de Enfermagem, do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

CAPÍTULO I
DO SISTEMA DE APURAÇÃO E DECISÃO DAS INFRAÇÕES ÉTICAS

Art. 2º. Constituem o sistema de apuração e decisão das infrações ético-disciplinares:

I- Como órgão de admissibilidade: o Plenário do respectivo Conselho, no âmbito de sua competência;

II- Como órgão de instrução: as comissões criadas em cada Conselho para este fim;

III- Como órgão de julgamento em primeira instância:

a) o Plenário dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

b) o Plenário do Conselho Federal de Enfermagem, quando se tratar de Conselheiro e Suplente, Federal ou Regional, na forma do art. 6º;

c) o Plenário do Conselho Federal, no impedimento e/ou suspeição da maioria absoluta dos Conselheiros efetivos e suplentes do Conselho Regional;

d) o Plenário do Conselho Federal, nos processos em que o Plenário do Conselho Regional indicar a pena de cassação.

IV- Como órgão de julgamento em segunda e última instância:

a) o Plenário do Conselho Federal, referente aos recursos das decisões dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

b) a Assembleia Geral dos Delegados Regionais, referente aos recursos das decisões do Plenário do Conselho Federal, nas hipóteses do inciso anterior, alíneas “b”, “c” e “d”.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 3º. Determinará a competência:

I- o lugar de inscrição do profissional;

II- o lugar da infração; e

III- a prerrogativa de função.

Art. 4º. A competência, por regra, será determinada pelo lugar de inscrição do profissional.

Parágrafo único. Nos casos de cancelamento ou transferência da inscrição, permanecerá competente o Conselho Regional perante o qual se iniciou o processo.

Art. 5º. A competência será determinada pelo lugar da infração, quando o profissional for inscrito em mais de um Conselho.

Art. 6º. A competência pela prerrogativa de função é do Plenário do Conselho Federal, quando se tratar de Conselheiro e Suplente, Federal ou Regional, enquanto durar o mandato.

§ 1º. Cessado o exercício do mandato, deixa o profissional de gozar da prerrogativa de função, devendo o processo ser remetido ao Conselho Regional competente, que dará prosseguimento ao feito.

§ 2º. Em caso de intervenção do Conselho Federal no Conselho Regional, permanecerá a competência pela prerrogativa de função pelo período inicialmente previsto para o término natural do mandato.

CAPÍTULO III DO IMPEDIMENTO E DA SUSPEIÇÃO

Art. 7º. Está impedido de atuar no processo o membro do Plenário ou da Comissão de Instrução que:

I- ele próprio, seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, seja parte ou interessado no feito, inclusive quando litigante com qualquer das partes em processo judicial ou administrativo;

II- seja subordinado de qualquer das partes;

III- tenha atuado na primeira instância, pronunciando-se de fato ou de direito sobre a matéria discutida no processo;

IV- seja cônjuge ou tenha relação de parentesco por vínculo de consanguinidade ou afinidade em linha reta ou colateral até o terceiro grau, de defensor, de perito, de funcionário do Conselho que já tenha atuado no processo ou daqueles que tiverem realizado a averiguação prévia; e

V- ele próprio tenha servido como testemunha ou desempenhado qualquer das funções acima, salvo o Conselheiro Relator da fase de admissibilidade, que não está impedido de elaborar o parecer de que tratam os artigos 20 e 26.

§ 1º. As hipóteses de impedimento previstas nos incisos I e II deste artigo se aplicam aos profissionais de que trata o art. 30.

§ 2º. O Conselheiro que tiver realizado procedimento de averiguação prévia, ou participado da Comissão de Instrução, não poderá ser designado o Relator de que trata o art. 110, assim como não poderá votar, sendo-lhe, contudo, permitido o uso da palavra na sessão de julgamento.

Art. 8º. Pode ser arguida a suspeição de profissional indicado para realizar averiguação prévia, de membro do Plenário ou da Comissão de Instrução que:

I- seja amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes;

II- esteja ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente respondendo a processo por fato análogo;

III- ele próprio, seu cônjuge, parente consanguíneo, ou afim até o terceiro grau, seja litigante em processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;

IV- tenha aconselhado qualquer das partes;

V- seja credor ou devedor, tutor ou curador de qualquer das partes; e

VI- seja sócio, acionista ou administrador de pessoa jurídica envolvida ou interessada no processo.

Art. 9º. O impedimento ou a suspeição decorrente de parentesco por casamento ou união estável cessa com a dissolução do respectivo vínculo entre os cônjuges ou companheiros, salvo sobrevivendo descendente.

Parágrafo único. Ainda que dissolvido o casamento ou união estável sem descendentes, não poderá atuar como membro do Plenário ou da Comissão de Instrução, o(a) sogro(a), padrasto/madrasta, o(a) cunhado(a), o genro, a nora ou enteado(a) de quem for parte no processo.

Art. 10. A suspeição não poderá ser declarada, nem reconhecida, quando a parte injuriar membro do Plenário ou da Comissão de Instrução ou, propositadamente, oferecer motivo para criá-la.

Art. 11. Os membros do Plenário ou da Comissão de Instrução, quando houver impedimento ou suspeição, abster-se-ão de atuar no processo, o que devem declarar nos autos, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo único. Observar-se-á, neste caso, o disposto no § 2º do art. 7º deste Código.

Art. 12. O impedimento poderá ser arguido e reconhecido em qualquer fase do processo.

Art. 13. A suspeição deverá ser alegada na defesa prévia ou, se superveniente, na primeira oportunidade que a parte tiver para manifestar nos autos, sob pena de preclusão.

Art. 14. Arguido o impedimento ou a suspeição pela parte, o membro arguido, de forma justificada, deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias sobre o reconhecimento ou não da arguição.

§ 1º. Reconhecido pelo membro arguido o impedimento ou a suspeição, o Presidente do Conselho, no prazo de 5 (cinco) dias, nomeará membro substituto.

§ 2º. Não reconhecido pelo membro arguido o impedimento ou a suspeição, o feito terá regular prosseguimento, devendo a questão ser apreciada pelo Plenário do Conselho na ocasião do julgamento do processo.

CAPÍTULO IV DAS PARTES

Art. 15. São partes do processo:

- I- as pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem por meio de denúncia; e
- II- o profissional indicado como autor da infração.

Art. 16. As partes poderão ser representadas por advogado constituído nos autos por meio de procuração, em qualquer fase do processo.

TÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS E DO PROCESSO ÉTICO

CAPÍTULO I

DA ADMISSIBILIDADE

Art. 17. O procedimento ético-disciplinar inicia-se de ofício ou por denúncia.

Art. 18. Inicia-se de ofício quando o Presidente do Conselho vier a saber, através de auto de infração, ou por qualquer meio, de fato que tenha característica de infração ética ou disciplinar.

Art. 19. Nos casos previstos no artigo anterior, quando o fato não contiver elementos suficientes para a instauração do processo ético-disciplinar, o Presidente do Conselho determinará à fiscalização que proceda a apuração do ocorrido e fixará prazo para emissão de relatório circunstanciado.

Art. 20. Recebido o relatório circunstanciado, o Presidente do Conselho, no prazo de 5 (cinco) dias, determinará a juntada de certidão de situação cadastral, financeira e de antecedentes éticos, e designará Conselheiro Relator para emitir, no prazo de 10 (dez) dias, parecer fundamentado, esclarecendo se o fato tem indícios de infração ética ou disciplinar e indicando os artigos supostamente infringidos do Código de Ética, ou de outras normas do Sistema Cofen/Conselhos Regionais, bem como se preenche as condições de admissibilidade, após o que o parecer será submetido à deliberação do Plenário.

Art. 21. A denúncia é o ato pelo qual se atribui a alguém a prática de infração ética ou disciplinar.

Art. 22. A denúncia será apresentada por escrito ou, quando verbal, reduzida a termo por servidor ou Conselheiro contendo os seguintes requisitos:

I- Presidente do Conselho a quem é dirigida;

II- nome, qualificação e endereço do denunciante;

III- narração objetiva do fato ou do ato, se possível com indicação de localidade, dia, hora, circunstâncias e nome do autor da infração;

IV- o nome e endereço de testemunhas, quando houver;

V- documentos relacionados ao fato, quando houver; e

VI- assinatura do denunciante ou representante legal.

Art. 23. A denúncia é irretratável, salvo nos casos em que houver conciliação.

§ 1º. Em se tratando de denúncia em que o fato se circunscreva às pessoas do denunciante e do denunciado, e não resulte em óbito, poderá ser realizada audiência prévia de conciliação pelo Conselheiro Relator, possibilitando o arquivamento mediante retratação ou ajustamento de conduta.

§ 2º. O denunciado que tenha descumprido conciliação anteriormente realizada, ainda que por fato e em processo diverso, não terá direito ao benefício.

Art. 24. Apresentada a denúncia, o Presidente do Conselho, no prazo de 5 (cinco) dias, determinará a juntada de certidão de situação cadastral, financeira e de antecedentes éticos e designará Conselheiro Relator.

Art. 25. O Conselheiro Relator, preliminarmente, no caso previsto no § 1º do art. 23, poderá designar, no prazo de 5 (cinco) dias, audiência de conciliação, que deverá ser realizada em no máximo 30 (trinta) dias.

§ 1º. Ocorrendo a conciliação, o Conselheiro Relator lavrará o termo conciliatório e encaminhará os autos ao Presidente do Conselho que incluirá o processo na pauta da primeira reunião do Plenário para homologação e arquivamento, ato contra o qual não caberá recurso.

§ 2º. Não ocorrendo, por qualquer motivo, a conciliação, o Conselheiro Relator prosseguirá na forma do artigo seguinte.

§3º. A conciliação poderá ocorrer em qualquer fase do processo por manifestação expressa das partes.

Art. 26. Quando não couber conciliação, o Conselheiro Relator deverá, no prazo de 10 (dez) dias, emitir parecer fundamentado, esclarecendo se o fato tem indícios de infração ética ou disciplinar e indicando os artigos supostamente infringidos do Código de Ética, ou de outras normas do Sistema Cofen/Conselhos Regionais, bem como se preenche as condições de admissibilidade, após o que o parecer será submetido à deliberação do Plenário.

§ 1º. Em caso de necessidade, para subsidiar o parecer, o Conselheiro Relator poderá realizar ou solicitar averiguação prévia, interrompendo-se o prazo previsto no caput deste artigo.

§ 2º. A deliberação do Plenário terá início após a leitura do parecer do Conselheiro Relator, que emitirá seu voto.

§ 3º. A seguir, será franqueada a palavra aos demais Conselheiros, ocasião em que poderão solicitar vista, desde que devidamente fundamentada, e, caso seja concedida, a votação será suspensa até a próxima reunião de Plenário.

§ 4º. Apresentado voto divergente, será retomada a votação.

Art. 27. São condições de admissibilidade:

I- ser o denunciado profissional de enfermagem ao tempo do fato que deu origem ao processo;

II- a identificação do denunciado;

III- dos fatos relatados decorrerem indícios de infração ética e/ou disciplinar prevista no Código de Ética, ou de outras normas do Sistema Cofen/Conselhos Regionais;

IV- haver, após a averiguação prévia, elementos suficientes para a instauração do processo ético-disciplinar; e

V- não estiver extinta a punibilidade pela prescrição.

Art. 28. A deliberação do Plenário sobre a admissibilidade, como ato de instauração ou de arquivamento, deverá ser redigida no prazo de 5 (cinco) dias, pelo Conselheiro Relator, ou pelo Conselheiro condutor do voto vencedor, sob forma de Decisão, que a assinará conjuntamente com a Presidência, contendo, no mínimo:

I- a qualificação do denunciado;

II- o número do parecer aprovado pelo Plenário;

III- a data da reunião do Plenário que deliberou sobre o arquivamento ou instauração do processo;

IV- a indicação dos dispositivos do Código de Ética, ou de outras normas do Sistema Cofen/Conselhos Regionais, supostamente infringidos pelo denunciado; e

V- a assinatura do Conselheiro condutor do voto vencedor e do Presidente do Conselho.

Art. 29. Deliberando o Plenário pela instauração do processo ético-disciplinar, o Presidente do Conselho designará Comissão de Instrução, por Portaria, para apuração dos fatos, encerrando-se a fase de admissibilidade.

CAPÍTULO II

DA AVERIGUAÇÃO PRÉVIA

Art. 30. A averiguação prévia poderá ser realizada pelo Relator, por fiscal do Conselho, por um profissional de enfermagem ou por Comissão composta de até 3 (três) membros do quadro de inscritos, que estejam adimplentes com suas obrigações relativas ao Conselho e não respondam a processo ético.

Art. 31. A averiguação prévia consiste em procedimento sumário, preliminar, sem contraditório e ampla defesa, com a finalidade específica de colher elementos formadores da convicção, para determinar a instauração do processo ético-disciplinar ou o arquivamento da denúncia.

Art. 32. Na averiguação prévia poderão ser adotadas diligências, tais como:

I- requisição e juntada de documentos e provas materiais;

II- convocação dos envolvidos ou de testemunha para esclarecimento, que poderá ser escrito ou verbal, reduzido a termo, sem prejuízo do direito à ampla defesa, a ser exercido no momento oportuno; e

III- inspeção in loco.

Art. 33. O prazo para apresentar o relatório de averiguação prévia é de 30 (trinta) dias a contar de sua solicitação.

CAPÍTULO III DOS ATOS PROCESSUAIS

Art. 34. O Presidente do Conselho determinará a autuação da denúncia ou outro ato inaugural do processo ou do procedimento ético-disciplinar, por funcionário, que deverá mencionar a natureza do feito, o número do registro, os nomes das partes e a data do seu início.

Art. 35. O processo terá a forma de autos judiciais e os termos de juntada, vista, conclusão e outros semelhantes constarão de notas datadas e rubricadas pelo funcionário responsável pela autuação do procedimento ético-disciplinar na fase de admissibilidade e, quando instaurado o processo ético-disciplinar, pela Comissão de Instrução ou funcionário auxiliar da Comissão.

Art. 36. As peças juntadas, os despachos, os pareceres, as decisões, as citações, as intimações e as notificações serão numerados em ordem cronológica e numérica pelo funcionário do Conselho ou por membro da Comissão de Instrução, sendo facultado às partes, aos advogados, aos fiscais e às testemunhas rubricar as folhas correspondentes aos atos nos quais intervieram.

Art. 37. O direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e a seus procuradores, sendo facultado a terceiros que demonstrem e justifiquem o interesse jurídico no feito em petição dirigida ao presidente da Comissão de Instrução.

Art. 38. Os atos processuais realizar-se-ão, de ordinário, na sede do Conselho, podendo ser realizados em outro lugar por necessidade da Comissão de Instrução ou por solicitação fundamentada das partes, desde que acolhida pela Comissão de Instrução.

Art. 39. O processo tramitará em sigilo, até seu término, quanto à identidade do profissional denunciado.

§ 1º. Estende-se o dever de sigilo à Comissão de Instrução, aos Conselheiros e a todos aqueles que dele tomarem conhecimento em razão de ofício.

§ 2º. Os atos do processo serão realizados em caráter reservado.

CAPÍTULO IV DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

SEÇÃO I DA CITAÇÃO

Art. 40. Citação é o ato pelo qual se chama o denunciado ao processo para defender-se, indispensável para a validade do processo ético-disciplinar.

Art. 41. A citação poderá ser feita:

- I- por servidor do Conselho, por meio de mandado;
- II- por carta registrada com aviso de recebimento pelos Correios; e
- III- por edital, quando inacessível, incerto ou não sabido, e esgotados todos os meios de localizar o endereço do denunciado.

Art. 42. São requisitos formais da citação:

- I- o nome do denunciante e do denunciado, nos procedimentos ético-disciplinares iniciados por denúncia;
- II- o nome do denunciado e do Conselho, nos procedimentos ético-disciplinares iniciados de ofício;
- III- endereço residencial do denunciado, quando conhecido;
- IV- endereço do local de trabalho do denunciado, quando não conhecido o residencial;
- V- o fim para que é feita a citação;
- VI- a indicação do prazo em que se deverá apresentar defesa prévia, com advertência dos efeitos da revelia;

VII- a assinatura do Presidente da Comissão de Instrução;

VIII- a fotocópia da denúncia, ou do documento que deu origem aos procedimentos ético-disciplinares iniciados de ofício; e

IX- a fotocópia da Decisão do Plenário pela instauração do processo ético-disciplinar, acompanhada do Parecer do relator ou do condutor do voto vencedor.

Art. 43. Não sendo conhecido o endereço do denunciado, ou restando infrutífera a citação pessoal ou por carta registrada, e certificando-se esta condição nos autos, a citação será feita por edital.

§1º. A publicação do edital na imprensa oficial ou em jornal de grande circulação e no sítio eletrônico do Conselho de Enfermagem respectivo deve ser certificada nos autos, juntando-se cópia do meio, impresso ou eletrônico, em que foi divulgada.

§2º. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da data de juntada, nos autos, da publicação do edital.

Art. 44. O processo ético-disciplinar seguirá sem a presença do denunciado quando, regularmente citado ou intimado para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado.

Art. 45. O desatendimento da citação ou da intimação, ou a renúncia pela parte ao direito de defesa e à prática dos atos processuais não importam em reconhecimento da verdade dos fatos.

§ 1º. No prosseguimento do processo, será garantido às partes o direito de ampla defesa e contraditório.

§ 2º. O comparecimento espontâneo do denunciado aos atos processuais ou a prática do ato objeto da comunicação supre a sua falta ou a irregularidade.

SEÇÃO II DA INTIMAÇÃO

Art. 46. Na intimação das partes, testemunhas e demais pessoas que devam tomar conhecimento de qualquer ato, será observado, no que for aplicável, o disposto para as citações, devendo conter, além dos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do art. 42, o seguinte:

I- data, hora e local em que o intimado deve comparecer;

II- se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar; e

III- a informação da continuidade do processo, independentemente de seu comparecimento.

Art. 47. Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem, para as partes, em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrições ao exercício de direitos e atividades e atos de outra natureza de seu interesse.

§ 1º. A intimação observará a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, quanto à data de comparecimento.

§ 2º. Nenhum ato da instrução poderá ser praticado sem a prévia intimação das partes e de seus defensores.

§ 3º. É válida a intimação efetuada por ciência nos autos pela parte ou por seu defensor constituído, e certificada por funcionário do Conselho ou pelo Secretário da Comissão de Instrução.

SEÇÃO III DAS NOTIFICAÇÕES

Art. 48. Quando necessário, serão notificados ao chefe imediato, o dia e o horário designado para as partes ou testemunhas comparecerem aos atos do processo.

Art. 49. As notificações serão utilizadas para comunicar às partes e seus defensores, legalmente constituídos ou nomeados, Conselheiros relatores, membros da Comissão de Instrução e fiscais do Conselho, das nomeações, determinações e despachos, para que possam praticar certos atos processuais.

SEÇÃO IV DA CARTA PRECATÓRIA

Art. 50. As comunicações entre os Conselhos serão feitas mediante ofícios ou cartas precatórias.

Art. 51. Os ofícios ou as cartas precatórias independem de remessa pela Presidência do Conselho, podendo ser encaminhados pelo Presidente da Comissão de Instrução diretamente aos Presidentes dos Conselhos.

Art. 52. A carta precatória será expedida mediante registro postal, ou outro meio eficaz, devendo ser instruída, quando houver, com os seguintes documentos e dados:

- I- indicação do Conselho de origem e de cumprimento do ato;
- II- a finalidade a que se refere;
- III- cópia da denúncia ou do documento que a tiver instaurado de ofício;
- IV- cópia da decisão que ensejou a instauração do processo;
- V- relatório de apuração; e
- VI- questionário para as testemunhas, previamente elaborado pela Comissão de Instrução.

Art. 53. O Presidente da Comissão de Instrução mandará trasladar, na carta precatória, quaisquer outras peças, bem como instruí-la com documentos dos autos, sempre que estes devam ser examinados na diligência pelas partes, peritos ou testemunhas, ou facilitar o cumprimento da precatória pelo deprecado.

Art. 54. A expedição da carta precatória não suspenderá a instrução do processo, mas impedirá a conclusão dos trabalhos da Comissão, devendo ser juntada aos autos após a sua devolução.

Art. 55. Recebida a carta precatória, o Presidente do Conselho deprecado designará, no prazo de 5 (cinco) dias, Conselheiro ou Fiscal para executar as ordens solicitadas no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por uma única vez, mediante requerimento justificado dirigido ao Presidente do Conselho deprecado.

Parágrafo único. Poderá o Presidente do Conselho deprecado recusar a carta precatória, se esta não estiver corretamente instruída.

Art. 56. A carta precatória poderá ter caráter itinerante, antes ou depois de lhe ser ordenado o cumprimento, e poderá ser apresentada ao Conselho Regional de Enfermagem diverso do que dela consta, a fim de se praticar o ato e facilitar seu cumprimento.

Art. 57. Cumprida a carta precatória ou transcorrido o prazo máximo de 60 (sessenta) dias do recebimento da carta pelo Conselho deprecado, sem o seu cumprimento, esta deverá ser devolvida ao Presidente da Comissão de Instrução do Conselho deprecante, justificando os motivos da impossibilidade de seu cumprimento, independentemente de traslado, no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO V

DOS PRAZOS

Art. 58. Todos os prazos serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias, sábados, domingos ou feriados.

Art. 59. Não se computará no prazo o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.

Art. 60. O término dos prazos será certificado nos autos pelo Secretário da Comissão de Instrução ou funcionário auxiliar da Comissão, sendo considerado findo o prazo, ainda que omitida aquela formalidade, se feita a prova do dia em que começou a correr.

Art. 61. O prazo que terminar ou se iniciar em dias em que não houver expediente no Conselho de Enfermagem, ou em que o expediente se encerrar antes do horário normal, será considerado prorrogado até o dia útil imediato.

Art. 62. Salvo os casos expressos, os prazos correrão a partir:

I- da juntada do comprovante ou da contrafé da citação, da intimação ou da notificação nos autos;

II- da audiência ou sessão em que for proferida a decisão, se a ela estiver presente a parte; e

III - do dia em que a parte manifestar, nos autos, ciência inequívoca do despacho, ou da decisão.

Art. 63. Não havendo prazo estipulado neste Código para o respectivo ato e nem definido pelo Presidente do Conselho ou da Comissão de Instrução, este será de 5 (cinco) dias para a sua prática.

CAPÍTULO VI

DA COMISSÃO DE INSTRUÇÃO

Art. 64. A Comissão de Instrução tem por finalidade organizar e instruir o processo ético-disciplinar, visando à apuração dos fatos descritos na decisão de admissibilidade e instauração do processo, realizando todos os atos necessários à busca da verdade, com estrita observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

§ 1º. A Comissão de Instrução será composta de até 3 (três) membros, de categoria igual ou superior à do denunciado, escolhidos dentre os inscritos no Conselho de Enfermagem.

§ 2º. A Comissão de Instrução será obrigatoriamente composta de Presidente e Secretário e, se formada por três membros, de um Vogal.

§ 3º. O membro designado para compor a Comissão de Instrução abster-se-á de servir no processo, quando houver impedimento ou suspeição, o que declarará nos autos ou poderá ser arguido pelas partes em qualquer fase do processo.

§ 4º. Não poderá ser membro da Comissão de Instrução o profissional que esteja respondendo a processo ético-disciplinar, ou que esteja inadimplente com suas obrigações junto ao Conselho.

Art. 65. Compete à Comissão de Instrução:

- I- ouvir as partes e as testemunhas, em audiência previamente marcada;
- II- determinar a oitiva das pessoas que estejam envolvidas ou tenham conhecimento dos fatos, independentemente daquelas arroladas pelas partes;
- III- colher todas as provas necessárias para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;
- IV- proceder ao reconhecimento de pessoas e coisas, bem como à acareação, quando necessário;
- V- solicitar perícias e demais procedimentos ou diligências considerados necessários à perfeita instrução do processo e à busca da verdade real dos fatos;
- VI- verificar os antecedentes profissionais do denunciado; e
- VII- ultimar a instrução do processo ético-disciplinar, elaborar relatório conclusivo de seus trabalhos e encaminhá-lo ao Presidente do Conselho.

§ 1º. Os atos da Comissão de Instrução serão, de regra, realizados na sede do Conselho em que tramitar o processo.

§ 2º. A Comissão de Instrução poderá utilizar integrantes do quadro de funcionários e a estrutura administrativa do Conselho para a prática de atos de sua competência, tais como:

- I- digitar os depoimentos tomados em audiência;
- II- redigir os atos processuais determinados e encaminhá-los ao Secretário da Comissão de Instrução para tomar as devidas assinaturas;
- III- formalizar e expedir as correspondências legais, após determinação da Comissão; e
- IV - realizar e registrar os atos processuais de mera movimentação.

Art. 66. Incumbe ao Presidente da Comissão de Instrução:

- I- convocar e presidir as reuniões da Comissão;

- II- determinar a citação do denunciado;
- III- determinar a intimação das partes, seus procuradores e testemunhas;
- IV- designar, previamente, as datas das audiências;
- V- tomar depoimentos;
- VI- solicitar perícias, provas ou diligências necessárias;
- VII- estar presente aos atos da Comissão, assinar termos, relatórios e documentos por ela elaborados;
- VIII- decidir sobre a juntada ou o desentranhamento de documentos do processo;
- IX- verificar e sanear irregularidades do processo;
- X- designar defensor dativo, quando for o caso;
- XI- decidir sobre a necessidade de arrolar maior número de testemunhas pelas partes;
- XII- indeferir pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos;
- XIII- solicitar, por escrito, ao Presidente do Conselho, assessoramento técnico e científico sempre que julgar necessário ao processo;
- XIV- coordenar a elaboração do relatório final;
- XV- solicitar, se for o caso, prorrogação de prazos para a realização de trabalhos e diligências; e
- XVI- proceder ao encerramento dos trabalhos da Comissão.

Art. 67. Ao Secretário da Comissão de Instrução incumbe:

- I- secretariar as reuniões e substituir o Presidente em sua ausência;
- II- supervisionar e acompanhar os trabalhos da Comissão ou de seus auxiliares;
- III- redigir atas de reuniões e os termos de depoimentos, inquirições, acareações, ou de qualquer outra atividade da Comissão;
- IV- organizar o processo, colocando em ordem cronológica, de juntada, os documentos que o constituem, numerando-os e rubricando-os; e
- V- providenciar a elaboração e a expedição de intimações, notificações, requerimentos, ofícios e demais atos necessários à instrução do processo.

Art. 68. Ao Vogal da Comissão de Instrução incumbe substituir o Secretário, na ausência deste.

Art. 69. A Comissão de Instrução concluirá seus trabalhos no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados do recebimento dos autos, prazo esse prorrogável por igual

período pelo Presidente do Conselho, mediante solicitação justificada do Presidente da Comissão.

CAPÍTULO VII DA INSTRUÇÃO

Art. 70. O Presidente da Comissão de Instrução, após notificado de sua nomeação e da instauração do processo ético-disciplinar pelo Plenário, deverá determinar, no prazo de 5 (cinco) dias, a citação do denunciado para apresentar defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 71. Na defesa prévia, o denunciado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, expondo as razões de fato e de direito; oferecer documentos e justificações; especificar as provas pretendidas e arrolar até três testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.

Art. 72. Regularmente citado, e não apresentando defesa no prazo legal, o denunciado será declarado revel nos autos e, caso não tenha constituído defensor, o Presidente da Comissão de Instrução nomeará um defensor dativo para apresentar a defesa no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da nomeação.

§ 1º. A nomeação de defensor dativo deverá recair em profissional de enfermagem de categoria igual ou superior ao denunciado, desde que não exerça a função de Conselheiro do Sistema Cofen / Conselhos Regionais de Enfermagem; ou, facultativamente, em advogado que não seja Procurador do Sistema Cofen / Conselhos Regionais de Enfermagem.

§ 2º. O denunciado revel poderá intervir em qualquer fase do processo, não lhe sendo, contudo, devolvidos os prazos vencidos.

Art. 73. Recebida a defesa prévia, o Presidente da Comissão de Instrução, conforme o caso, determinará a realização das diligências que entender pertinentes e designará dia, hora e local para ouvir as partes, as testemunhas arroladas e as determinadas pela Comissão, observados os prazos mínimos para realização dos atos preparatórios de intimações e notificações.

Art. 74. Na audiência de instrução, deverá proceder-se à tomada de declarações do ofendido, a inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem; bem como aos esclarecimentos das diligências, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o denunciado.

Art. 75. Às partes, será concedido o prazo de 3 (três) dias, após intimação, para impugnação de documentos novos.

Art. 76. Surgindo, em qualquer momento da fase de instrução, provas de elementos ou circunstâncias da infração ético-disciplinar, não referidas pelo Conselheiro Relator na fase de admissibilidade, deverá a Comissão de Instrução intimar as partes para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias, ocasião em que poderão produzir provas.

Art. 77. Encerrada a instrução processual, o Presidente da Comissão determinará a intimação das partes para apresentação das alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 78. Concluído o procedimento, a Comissão de Instrução elaborará relatório dos trabalhos realizados, contendo a narrativa objetiva dos fatos apurados, os apontamentos das provas testemunhais e materiais colhidas, emitindo conclusão fundamentada sobre a caracterização da infração ético-disciplinar.

Parágrafo único. No relatório da Comissão não poderá conter indicação de penalidade a ser imposta.

Art. 79. Entregue o relatório, o Presidente do Conselho determinará a extração de cópias, ou a remessa em arquivo digital para os membros do Plenário das seguintes peças: parecer inicial, defesa prévia, laudos periciais, alegações finais, relatório final.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho distribuirá os autos, no prazo de 5 (cinco) dias, a um Conselheiro, que emitirá parecer conclusivo para julgamento do Plenário.

SEÇÃO I

DAS TESTEMUNHAS

Art. 80. Toda pessoa poderá ser testemunha.

Art. 81. A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, devendo declarar seu nome, idade, estado civil, residência, profissão, lugar onde exerce sua atividade, se é parente, e em que grau, de alguma das partes, quais suas relações com qualquer delas; e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência, ou as circunstâncias pelas quais a Comissão possa avaliar sua credibilidade.

Parágrafo único. Não se deferirá o compromisso a que alude o artigo aos doentes e deficientes mentais e aos menores de 18 (dezoito) anos, nem às pessoas referidas no art. 83.

Art. 82. O depoimento será prestado oralmente, não sendo, entretanto, vedada à testemunha breve consulta a apontamentos.

Art. 83. A testemunha, quando profissional de enfermagem, não poderá eximir-se da obrigação de depor. Poderá, entretanto, recusar-se a fazê-lo se for ascendente ou descendente, ou afim em linha reta; cônjuge, ainda que separado; irmão, pai, mãe ou filho do denunciado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato de suas circunstâncias.

Art. 84. O Presidente da Comissão de Instrução, quando julgar necessário, poderá ouvir outras testemunhas além das indicadas pelas partes.

Art. 85. As testemunhas serão inquiridas, cada uma de per si, de modo que uma não saiba nem ouça os depoimentos das outras, devendo o Presidente adverti-las das penas cominadas ao falso testemunho.

Art. 86. Se o Presidente da Comissão de Instrução reconhecer que alguma testemunha, quando profissional de enfermagem, fez afirmação falsa, calou ou negou a verdade, remeterá cópia do depoimento à Presidência do Conselho para as providências cabíveis.

Art. 87. As perguntas poderão ser formuladas pelas partes diretamente às testemunhas, podendo o Presidente da Comissão de Instrução indeferir aquelas que possam induzir a resposta, não tenham relação com a causa ou importem na repetição de outra já respondida e, complementar a inquirição sobre os pontos não esclarecidos.

§ 1º. Deverão constar na ata da audiência as perguntas que a testemunha deixar de responder, juntamente com as razões de sua abstenção.

§ 2º. O procurador das partes poderá assistir ao interrogatório bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, mas facultado reinquiri-las, diretamente ou por intermédio do Presidente da Comissão.

Art. 88. O Presidente da Comissão não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato.

Art. 89. Antes de iniciado o depoimento, as partes poderão contraditar a testemunha ou arguir circunstâncias ou defeitos que a tornem suspeita de parcialidade ou indigna de fé.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão fará consignar a contradita ou arguição e a resposta da testemunha, mas só não lhe deferirá compromisso legal nos casos do art. 83.

Art. 90. Na redação do depoimento, o Secretário da Comissão de Instrução ou funcionário auxiliar designado deverá cingir-se, tanto quanto possível, às expressões usadas pelas testemunhas, reproduzindo fielmente suas frases.

Parágrafo único. No caso de digitação por funcionário auxiliar, este se restringirá ao registro da versão, frases e expressões determinadas pela Comissão de Instrução.

Art. 91. O depoimento da testemunha será reduzido a termo e será assinado por ela, pelo Presidente da Comissão, demais membros presentes na audiência, pelas partes e seus procuradores.

Art. 92. O Presidente da Comissão de Instrução certificará a ocorrência nos autos e extrairá cópias à Presidência do Conselho para a adoção das medidas cabíveis quando a testemunha, regularmente intimada e sendo profissional de enfermagem, deixar de comparecer sem motivo justificado.

Art. 93. As pessoas impossibilitadas, por enfermidade ou por velhice, de comparecer para depor, poderão ser inquiridas onde estiverem. Se qualquer testemunha houver de ausentar-se ou, por enfermidade ou por velhice, inspirar receio de que, ao tempo da instrução, já não exista, o Presidente da Comissão poderá, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, tomar-lhe antecipadamente o depoimento.

Art. 94. Os Conselheiros Federais e Regionais, efetivos ou suplentes, tanto quanto as autoridades do governo, quando arrolados como testemunhas, serão inquiridos em local, dia e hora, previamente ajustados entre eles e o Presidente da Comissão de Instrução, e poderão optar pela prestação de depoimento, por escrito, caso em que as perguntas formuladas pelas partes lhes serão transmitidas por ofício.

Art. 95. A testemunha residente no interior do Estado poderá ser ouvida em seu domicílio, ou outro local previamente indicado, devendo seu depoimento ser tomado por pessoa designada pelo Presidente do Conselho, mediante Portaria, acompanhada dos documentos necessários para o ato.

Art. 96. A testemunha que morar fora da área de jurisdição do Conselho será inquirida por meio de carta precatória, devendo ser intimadas as partes.

SEÇÃO II

DO INTERROGATÓRIO DO DENUNCIADO

Art. 97. O denunciado, regularmente intimado para audiência de inquirição, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, se houver constituído; cientificado do inteiro teor da acusação e informado pelo Presidente da Comissão do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas.

Parágrafo único. O silêncio, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento da Comissão de Instrução.

Art. 98. Havendo mais de um denunciado, estes serão interrogados separadamente.

Art. 99. O interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do denunciado e sobre os fatos.

§ 1º. Na primeira parte, ao interrogado será perguntado:

I – sobre residência, profissão, lugar onde exerce sua atividade, informações familiares e sociais;

II – sobre vida pregressa, notadamente se responde a algum processo judicial ligado ao caso e às imputações de infração ético-disciplinar ora apurada; e

III - se já processado judicialmente sobre estas questões, qual o juízo do processo, se houve suspensão condicional ou condenação, qual a pena imposta e se a cumpriu.

§ 2º. Na segunda parte ser-lhe-á perguntado:

I- se verdadeira a acusação que lhe é feita;

II- não sendo verdadeira a acusação, se tem algum motivo particular a que atribuí-la, se conhece a pessoa ou pessoas a quem deva ser imputada a prática da infração ético-disciplinar, e quais sejam, e se com elas esteve, antes ou depois da prática da infração;

III- onde estava ao tempo em que foi cometida a infração e se teve notícia desta;

IV- se conhece as provas já apuradas;

V- se conhece as vítimas e testemunhas já inquiridas ou por inquirir, desde quando, e se tem algo alegar contra elas;

VI- se sabe como foi praticado o ato;

VII- todos os demais fatos e pormenores que conduzam à elucidação dos antecedentes e circunstâncias da infração; e

VIII- se tem algo mais a alegar em sua defesa.

Art. 100. Após o interrogatório, o Presidente da Comissão indagará das partes se restou algum fato a ser esclarecido, formulando as perguntas correspondentes, se o entender pertinente e relevante.

Art. 101. Se o interrogado negar a acusação, no todo ou em parte, poderá prestar esclarecimentos e indicar provas.

Art. 102. Se confessar a autoria, será perguntado sobre os motivos e as circunstâncias do fato e se outras pessoas concorreram para a prática da infração, indicando quais sejam.

Parágrafo único. A confissão, quando feita fora do interrogatório ,será tomada por termo nos autos.

SEÇÃO III DA ACAREAÇÃO

Art. 103. A acareação será admitida sempre que os depoentes divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias relevantes.

Parágrafo único. Os acareados serão reperguntados para que expliquem os pontos divergentes, reduzindo-se a termo o ato de acareação.

SEÇÃO IV DA PROVA DOCUMENTAL

Art. 104. Salvo os casos expressos em lei, as partes poderão apresentar documentos em qualquer fase do processo.

Art. 105. Consideram-se documentos quaisquer escritos, instrumentos ou papéis, públicos ou particulares.

Art. 106. A Comissão de Instrução poderá providenciar a juntada de documentos relacionados ao objeto do processo, independentemente de requerimento das partes.

SEÇÃO V DA PROVA PERICIAL

Art. 107. A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.

Parágrafo único. A perícia não poderá ser realizada quando:

- I- a prova do fato não depender de conhecimento especial;
- II- for desnecessária, em vista de outras provas produzidas; e
- III- a sua realização for impraticável.

Art. 108. A perícia será realizada nos termos indicados pela Comissão de Instrução, seguindo as normas subsidiárias, especialmente o Código de Processo Penal.

Art. 109. As despesas com a perícia correrão por conta da parte interessada na prova, apresentando-se o recibo nos autos.

TÍTULO III DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

CAPÍTULO I DO JULGAMENTO

Art. 110. Recebido o processo da Comissão de Instrução, o Presidente do Conselho, no prazo de 5 (cinco) dias, designará um Conselheiro Relator para a emissão de parecer conclusivo.

Parágrafo único. A designação de que trata este artigo deverá observar o disposto no § 2º do art. 7º deste Código.

Art. 111. O Relator emitirá o parecer conclusivo no prazo de 20 (vinte) dias, entregando-o, com os autos do processo, ao Presidente do Conselho.

Art. 112. O Relator poderá, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de recebimento do processo, devolvê-lo à Comissão de Instrução, especificando as diligências que julgar necessárias e fixando prazo para seu cumprimento.

§ 1º. Ocorrendo o previsto no caput deste artigo, o prazo para a emissão de parecer conclusivo pelo Conselheiro Relator será interrompido, iniciando-se nova contagem a partir da data do recebimento do processo da Comissão de Instrução.

§ 2º. Cumpridas as diligências especificadas, o Presidente da Comissão de Instrução concederá vista às partes, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para se manifestarem.

§ 3º. Transcorrido o prazo para manifestação das partes, o Presidente da Comissão de Instrução devolverá o processo diretamente ao Conselheiro Relator, que dará continuidade à sua tramitação.

§ 4º. O Presidente da Comissão de Instrução poderá, uma única vez, solicitar ao Conselheiro Relator a prorrogação do prazo para cumprimento das diligências que lhe forem determinadas.

Art. 113. O parecer conclusivo do Conselheiro Relator deverá conter:

I - parte expositiva, onde relatará sucintamente os fatos e a indicação sumária das provas colhidas;

II - parte conclusiva em que apreciará o valor da prova obtida, declarando se há ou não transgressão ao Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, ou de outras normas do Sistema Cofen/Conselhos Regionais, e em quais artigos está configurada, com indicação da penalidade cabível.

Art. 114. Recebido o parecer do Conselheiro Relator, o Presidente do Conselho determinará a inclusão do processo na pauta da primeira sessão plenária subsequente, determinando a prévia notificação / intimação das partes e de seus procuradores para o julgamento, com o mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência.

Art. 115. Aberta a sessão e iniciado o julgamento, o Conselheiro Relator apresentará o seu parecer, sem emitir voto, em seguida, cada parte ou seu procurador poderá produzir sustentação oral por 10 (dez) minutos.

Art. 116. Cumpridas as disposições do artigo anterior, os Conselheiros poderão pedir a palavra para:

I- esclarecer dúvidas acerca dos fatos constantes do processo, podendo ter acesso aos autos para verificação;

II- requerer e especificar diligências; e

III- ter vista dos autos até a próxima reunião Plenária, na secretaria do Conselho.

Parágrafo único. O requerimento a que alude o inciso II deste artigo somente será deferido com aprovação do Plenário.

Art. 117. Deferida a diligência, o julgamento será suspenso, sendo fixado, pelo Plenário, prazo não superior a 30 (trinta) dias para seu cumprimento.

Parágrafo único. As partes serão intimadas para, no prazo de 3 (três) dias, manifestarem-se sobre o cumprimento das diligências deferidas pelo Plenário.

Art. 118. Cumprida a diligência, o Presidente do Conselho mandará incluir o processo na pauta da primeira reunião Plenária subsequente.

CAPÍTULO II DA DECISÃO

Art. 119. A deliberação do Plenário terá início após a apresentação do parecer pelo Conselheiro Relator, que emitirá seu voto.

Art. 120. Em seguida, o Presidente do Conselho franqueará a palavra aos demais Conselheiros para que emitam seus votos.

Parágrafo único. Caberá ao Presidente do Conselho o voto de desempate.

Art. 121. Em caso de condenação, o Plenário fixará a pena.

Art. 122. A deliberação do Plenário deverá ser redigida, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo Conselheiro Relator ou pelo Conselheiro condutor do voto vencedor sob forma de decisão, que a assinará juntamente com o Presidente do Conselho.

Parágrafo único. A decisão conterá:

I- o número do processo;

II- o número do parecer aprovado pelo Plenário;

III- o nome das partes, a qualificação e o número de sua inscrição profissional;

IV- a ementa do julgamento;

V- o relatório contendo a exposição sucinta dos fatos, os argumentos da acusação e da defesa;

VI- a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundamenta a decisão;

VII- a indicação do(s) artigo(s) do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem em que se ache incurso o denunciado;

VIII- a indicação das circunstâncias agravantes ou atenuantes definidas no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem;

IX- a absolvição ou a pena imposta; e

X - a data e as assinaturas do Presidente e do Conselheiro redator da decisão.

Art. 123. Indicada a pena de cassação, o julgamento será suspenso e os autos remetidos ao Conselho Federal para julgamento.

§ 1º. Recebidos os autos, o Presidente do Conselho Federal designará Conselheiro Relator.

§ 2º. O Conselheiro Relator disporá de 10 (dez) dias para elaborar o parecer, contados do prazo de recebimento do processo.

Art. 124. Na hipótese de o Conselho Federal discordar da pena máxima proposta pelo Conselho Regional, serão os autos devolvidos ao Regional de origem, para aplicação de outra penalidade.

§ 1º. Concordando o Conselho Federal com a proposta de cassação, proferirá decisão, sob forma de acórdão, a ser redigido pelo Conselheiro Relator ou Conselheiro condutor do voto vencedor, que o assinará juntamente com o Presidente.

§ 2º. Na aplicação da pena de cassação, o Conselho Federal delimitará o período de seu cumprimento, para fins da reabilitação.

TÍTULO IV

DAS NULIDADES E ANULABILIDADES

Art. 125. Os atos praticados poderão ser considerados nulos ou anuláveis. Os atos nulos são insanáveis e independem da arguição das partes. Os atos anuláveis poderão ser sanados e deverão ser arguidos pelas partes.

Art. 126. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos:

- I- quando inexistir o ato de instauração do processo;
- II- por falta de citação do denunciado;
- III- por falta de designação de defensor dativo;
- IV- por supressão de quaisquer das fases de defesa;
- V- por impedimento declarado de qualquer dos membros do Plenário ou da Comissão de Instrução; e
- VI- por inexistência de fundamentação da decisão.

Art. 127. A anulabilidade ocorrerá nos seguintes casos:

- I- por falta de intimação das testemunhas arroladas pelas partes;
- II- por suspeição declarada de qualquer dos membros do Plenário ou da Comissão de Instrução;
- III- pela incompetência do Conselho; e
- IV- por falta de cumprimento das formalidades legais prescritas no presente Código.

Art. 128. As anulabilidades deverão ser arguidas pelas partes em até 5 (cinco) dias da data da ciência do ato anulável.

Art. 129. Nenhum ato será anulado se da anulabilidade não resultar prejuízo para as partes ou não houver influído na apuração da verdade ou na decisão da causa.

Parágrafo único. Ainda que da anulabilidade possa resultar em prejuízo, ela somente será pronunciada pelo Presidente da Comissão de Instrução, pelo Conselheiro Relator ou pelo Plenário quando não for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.

Art. 130. Quando determinado ato for anulável, será considerado válido nos seguintes casos:

I- se não forem arguidas em tempo oportuno;

II- se, praticado por outra forma, o ato tiver atingido suas finalidades; e

III- se a parte, ainda que tacitamente, houver aceitado seus efeitos.

Art. 131. Os atos processuais, cuja nulidade tenha sido declarada, retornarão às instâncias competentes para repetição ou retificação.

§ 1º. A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a nulidade dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.

§ 2º. O Presidente da Comissão de Instrução, o Conselheiro Relator ou o Plenário, quando pronunciar a nulidade, declarará os atos aos quais ela se estende.

Art. 132. Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que tenha dado causa, ou para a qual tenha concorrido, nem poderá arguir nulidade de formalidade cuja observância só à parte contrária interessa.

TÍTULO V

DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

CAPÍTULO I

DOS RECURSOS

Art. 133. Da decisão proferida pelo Conselho Regional caberá recurso ao Conselho Federal com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão pelas partes.

§ 1º. Das decisões de arquivamento de denúncias caberá o recurso previsto no caput deste artigo.

§ 2º. Os recursos serão interpostos perante o órgão prolator da decisão em primeira instância.

Art. 134. Recebido o recurso, o Presidente do Conselho determinará a intimação da parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, após o que será remetido ao órgão de segunda instância.

Art. 135. Recebido o processo pela secretaria do Conselho Federal, os autos serão encaminhados ao seu Presidente que, no prazo de 5 (cinco) dias, designará Conselheiro Relator, o qual terá o prazo de 10 (dez) dias para emitir seu parecer.

Art. 136. Com a entrega do parecer, o Presidente do Conselho designará dia para o julgamento, intimando as partes e notificando seus procuradores, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

CAPÍTULO II

DO RECURSO PARA A ASSEMBLÉIA GERAL DOS DELEGADOS REGIONAIS

Art. 137. Das decisões do Plenário do Conselho Federal, nas hipóteses do Art. 2º, inciso III, alíneas “b”, “c” e “d”, caberá recurso para a Assembleia Geral dos Delegados Regionais, no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 138. Recebido o recurso, o Presidente do Conselho Federal determinará a intimação da parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º. A Assembleia dos Delegados Regionais será convocada pelo Presidente do Conselho Federal na forma do que dispuser o seu Regimento Interno e deverá reunir-se para julgar o recurso em até 120 (cento e vinte) dias, a contar do seu recebimento.

§ 2º. No ato de convocação da Assembleia dos Delegados Regionais, o Presidente do Conselho Federal designará Delegado Relator e determinará o envio de cópias da decisão recorrida, do recurso e das contrarrazões do recurso a cada Delegado Regional.

§ 3º. O Delegado Relator terá o prazo de 20 (vinte) dias para emitir seu parecer.

§ 4º. Recebido o parecer, o Presidente do Conselho Federal deverá designar a data do julgamento e determinar a intimação das partes e de seus procuradores, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

CAPÍTULO III

DO JULGAMENTO NA SEGUNDA INSTÂNCIA

Art. 139. Aberta a sessão de julgamento, o Conselheiro Relator apresentará o parecer sem emissão de voto, sendo a seguir dada a palavra, sucessivamente, por 10 (dez) minutos, ao recorrente e ao recorrido.

Parágrafo único. O primeiro Conselheiro a usar da palavra será o Relator, que emitirá seu voto.

Art. 140. Encerrado o julgamento, o Presidente do Conselho anunciará a decisão, a qual será lavrada na forma de acórdão.

§ 1º. O acórdão será redigido, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo Conselheiro Relator ou pelo condutor do voto vencedor, que o assinará juntamente com o Presidente do Conselho.

§ 2º. O acórdão, no que couber, conterá os mesmos elementos referidos no parágrafo único do art. 122.

Art. 141. Lavrado e publicado o Acórdão, será o processo devolvido ao Conselho de origem para execução da pena e respectiva divulgação da decisão, se for o caso.

Parágrafo único. Quando a penalidade imposta for a cassação, o Conselho Federal fará publicar o Acórdão, ressalvado ao Conselho Regional o direito de dar publicidade ao mesmo.

Art. 142. No julgamento do recurso, o órgão julgador, independentemente do pedido das partes, poderá aplicar penalidade diversa daquela decidida pelo órgão de julgamento em primeira instância, podendo alterar a classificação da infração, aumentar, reduzir a pena ou absolver o denunciado.

§1º. Em observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório, caberá pedido de reconsideração no caso de aumento de pena decorrente de recurso interposto apenas pelo denunciado.

§2º. O pedido de reconsideração deverá ser apresentado ao Conselho Federal no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da decisão mais gravosa pelo denunciado e será encaminhado pelo Presidente ao Conselheiro condutor do voto vencedor, o qual terá o prazo de 10 (dez) dias para emitir seu parecer.

§ 3º. Com a entrega do parecer, o Presidente do Conselho designará dia para o julgamento a ser realizado na forma deste capítulo, intimando a parte e notificando seu procurador, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

TÍTULO VI DA EXECUÇÃO DA PENA

Art. 143. Não cabendo mais recurso, serão os autos devolvidos à instância de origem do processo, para a execução do decidido.

Art. 144. A execução das penalidades impostas pelos Conselhos Regionais ou pelo Conselho Federal se processará na forma estabelecida nas decisões ou acórdãos, sendo registradas no prontuário do profissional infrator.

§ 1º. As penas aplicadas se estendem a todas as inscrições do profissional junto ao Conselho de Enfermagem, independentemente da categoria em que o profissional tenha cometido a infração.

§ 2º. O Presidente do Conselho dará conhecimento, à instituição empregadora do infrator, da decisão que impuser penalidade de suspensão do exercício profissional.

§ 3º. No caso de cassação do exercício profissional, além da publicação dos editais e das comunicações endereçadas às autoridades interessadas no assunto, será apreendida a carteira profissional do infrator, procedendo-se ao cancelamento do respectivo registro no Conselho.

Art. 145. Impossibilitada a execução da penalidade, esta ficará suspensa até seu efetivo cumprimento, sem prejuízo das anotações nos prontuários e publicações dos editais, quando for o caso.

Parágrafo único. O não pagamento da pena de multa importará na sua inscrição em dívida ativa para posterior execução judicial.

Art. 146. Cumpridas todas as decisões de primeira ou segunda instância, o Presidente do Conselho que tiver atuado como órgão de julgamento em primeira instância determinará o arquivamento do processo.

TÍTULO VII DA REVISÃO DA PENA

Art. 147. É facultado ao punido ou, em caso de seu falecimento, aos seus herdeiros, apresentar pedido de revisão da pena, a qualquer tempo, após a publicação do acórdão, ou quando não couber mais recurso, nas seguintes hipóteses:

I- forem apuradas provas idôneas da inocência do punido ou de circunstâncias que possam atenuar a pena, ou desclassificar o fato configurador da infração, de modo a alterar a penalidade;

II- a decisão condenatória estiver fundada em prova testemunhal ou pericial cuja falsidade ficar comprovada; e

III- ficar evidenciado que o processo se desenvolveu em estado de nulidade.

Parágrafo único. No julgamento da revisão serão aplicadas, no que couber, as normas previstas neste Código.

Art. 148. A revisão terá início por petição à Presidência do Conselho Regional, com as provas documentais comprobatórias dos fatos arguidos.

§ 1º. A revisão será distribuída a um Conselheiro Relator, por designação do Presidente do Conselho.

§ 2º. Não será admitida a renovação do pedido de revisão, salvo se fundamentado em novas provas.

Art. 149. A decisão no processo revisional poderá reduzir ou extinguir a pena, sendo vedado o seu agravamento.

§ 1º. A absolvição implicará no restabelecimento de todos os direitos perdidos em virtude de punição anteriormente aplicada.

§ 2º. A revisão da pena somente surtirá efeito após o seu trânsito em julgado.

Art. 150. Qualquer recurso, na revisão, somente será recebido no efeito devolutivo.

Art. 151. A revisão será processada em apenso aos autos originais do processo ou, ainda, acompanhada de fotocópias integrais dos autos originais.

TÍTULO VIII DA REABILITAÇÃO

Art. 152. Após 2 (dois) anos do cumprimento da pena aplicada pelo Conselho de Enfermagem, sem que tenha sofrido qualquer outra penalidade ético-disciplinar, ou esteja respondendo a processo administrativo ou criminal, e mediante provas efetivas de bom comportamento, é permitido ao profissional requerer a reabilitação profissional.

§ 1º. O requerimento de que trata o caput deste artigo deverá ser instruído com as provas e certidões pertinentes.

§ 2º. Havendo necessidade, o Conselho poderá determinar a realização de perícia para avaliar a efetiva recuperação do profissional.

§ 3º. Quando a infração ético-disciplinar constituir crime, a reabilitação profissional dependerá da correspondente reabilitação criminal.

Art. 153. A reabilitação, caso a cassação tenha ocorrido por fato imputado como crime, seguirá os mesmos trâmites da reabilitação penal, com a reparação na área cível ou demonstração de absoluta impossibilidade de fazê-lo, ou, ainda, declaração de renúncia da vítima, com demonstração por parte do denunciado de constante bom comportamento público e privado.

Art. 154. Os efeitos da reabilitação consistem em retirar do prontuário do profissional qualquer apontamento referente à condenação e, no caso de cassação, a outorga de nova inscrição.

Art. 155. O pedido de reabilitação deverá ser formulado diretamente ao Conselho que executou a pena, cabendo recurso ao Conselho Federal.

TÍTULO IX DA PRESCRIÇÃO

Art. 156. A pretensão à punibilidade das infrações ético-disciplinares prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de ocorrência do fato.

§ 1º. Aplica-se a prescrição a todo processo ético-disciplinar paralisado por mais de 3 (três) anos, pendente de despacho ou julgamento, devendo ser arquivado, de ofício ou a requerimento da parte interessada, sem prejuízo de serem apuradas as responsabilidades pela paralisação.

§ 2º. A prescrição interrompe-se pela instauração de processo ético-disciplinar, ou pela notificação válida feita ao denunciado, inclusive por meio de editais.

§ 3º. Interrompida a prescrição, todo o prazo começa a contar novamente do dia dessa interrupção.

TÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 157. É vedada vista dos autos fora da secretaria do Conselho, porém as partes poderão, a qualquer tempo, acessá-los, inclusive obter cópia de peças, por meio de

requerimento formulado ao Presidente do Conselho ou de Comissão de Instrução, a expensas do requerente.

Art. 158. Em qualquer fase do processo, poderá ser solicitada pela Presidência a manifestação da Assessoria Jurídica do Conselho.

§ 1º. A manifestação da Assessoria Jurídica versará, exclusivamente, sobre as questões processuais e de legalidade.

§ 2º. É defeso ao Assessor Jurídico manifestar-se sobre questões ético-disciplinares.

Art. 159. As disposições do presente Código aplicam-se aos que exercem atividades de enfermagem, independentemente da regularidade de sua inscrição no Conselho Regional.

Parágrafo único. Este Código não se aplica a quem não for inscrito ou autorizado pelo Conselho Regional, aplicando-se, contudo, ao profissional inscrito ou autorizado ao tempo da prática da conduta que deu origem ao processo.

Art. 160. As questões omissas neste Código deverão ser supridas utilizando-se, subsidiariamente, os dispositivos previstos no Código de Processo Penal, no que lhes for aplicável.

Art. 161. Este Código entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2011, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência do Código anterior.

Art. 162. Revoga-se a Resolução nº 252/2001 e demais disposições em contrário.